



DIÁRIO

ANO XLVIII — Nº 203

República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

TERÇA-FEIRA, 28 DE DEZEMBRO DE 1993

BRASÍLIA — DF

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 5^a SESSÃO, EM 27 DE DEZEMBRO DE 1993

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Mensagens do Senhor Presidente da República

— Nº 538 a 541, de 1993 (nº 1.053, 1.055, 1.057, 1.059/93, na origem, respectivamente), restituindo autógrafos de projetos de lei sancionados.

Submetendo à deliberação do Senado Federal a escolha de nome indicado para cargo cujo provimento depende de sua prévia aquiescência.

— Nº 537, de 1993 (nº 1.051/93, na origem), de 23 do corrente, submetendo à deliberação do Senado o nome do Senhor José Jerônimo Moscardo de Souza, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador, Chefe da Delegação Permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura.

1.2.2 — Comunicação

— Do Senador Alexandre Costa, referente a sua reassunção aos trabalhos parlamentares a partir de 23 de dezembro de 1993.

— Do Senador Hugo Napoleão, referente a sua reassunção aos trabalhos parlamentares a partir de 23 de dezembro de 1993.

— Do Senador Luiz Alberto Martins de Oliveira, referente a seu desligamento das atividades parlamentares a partir de 23 de dezembro de 1993.

1.2.3 — Leitura de Projetos

— Projeto de Lei do Senado nº 161, de 1993-Complementar, de autoria do Senador Odacir Soares, que altera

a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, estabelecendo prazo único de 6 (seis) meses para desincompatibilizações.

— Projeto de Lei do Senado nº 162, de 1993, de autoria do Senador Odacir Soares, que altera a redação do art. 22, da Lei nº 8.460, de 17 de setembro de 1992, para estender os benefícios do auxílio-alimentação aos servidores com jornada de trabalho igual ou superior a vinte horas semanais e dá outras providências.

1.2.4 — Requerimento

— Nº 1.448, de 1993, de autoria do Senador Rachid Saldanha Derzi, solicitando licença para tratamento de saúde, no período de 16 a 25 de dezembro de 1993. Aprovado

1.2.5 — Comunicações

— Do Senador Hydekel Freitas, referente à sua ausência do País no período de 23 de dezembro de 1993 a 10 de janeiro de 1994.

— Do Senador Hugo Napoleão, referente à sua ausência do País no período de 25 de dezembro a 12 de janeiro de 1994.

— Do Senador José Eduardo de Andrade Vieira, referente a sua reassunção aos trabalhos parlamentares a partir de 23 de dezembro de 1993.

1.2.6 — Comunicações da Presidência

— Recebimento dos Avisos nº 1.012 e 1.013/93, de 21 do corrente, do Tribunal de Contas da União, encaminhando os Relatórios de Atividades relativas aos 1º e 2º trimestres do corrente ano.

— Recebimento do Relatório nº 5, de 1993-CN, dos trabalhos da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada através do Requerimento do Congresso Nacional

EXPEDIENTE**CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL**

MANOEL VILELA DE MAGALHÃES
Diretor Geral do Senado Federal
AGACIEL DA SILVA MALA
Diretor Executivo
CARLOS HOMERO VIEIRA NINA
Diretor Administrativo
LLIZ CARLOS BASTOS
Diretor Industrial
FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA
Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL*As presas sob responsabilidade da Mesa do Senado Federal***ASSINATURAS**

Sessão

Cr\$ 70.000,00

Tiragem 1.300 exemplares

nº 92/93, destinada a investigar as causas do endividamento do setor agrícola, o elevado custo dos seus financiamentos e as condições de importação de alimentos nos exercícios de 1990 a 1993.

— Recebimento do Ofício nº 3.568.1/93, de 22 do corrente, encaminhando a complementação dos documentos necessários à instrução do Ofício nº S/178, de 1993.

1.2.7 — Discursos do Expediente

SENADOR VALMIR CAMPELO — O Brasil em face das transformações do Mundo atual.

SENADOR JOÃO CALMON — Importância da CPI do Orçamento. Comentários à reportagem de **O Globo**, focalizando diversas irregularidades na contratação de obras e serviços pelo Poder Público e os prejuízos delas decorrentes. Denúncias de corrupção que menciona, publicadas em órgãos da Imprensa. Combate à sonegação de impostos.

1.2.8 — Comunicações da Presidência

— Recebimento do Aviso nº 578/93, de 22 do corrente, encaminhando cópia da Decisão nº 576/93, bem como Relatório e voto que a fundamentam, referente às Inspeções Extraordinárias realizadas no Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social — INAMPS, abrangendo o Sistema Único de Saúde — SUS.

— Recebimento do Aviso nº 583/93, de 22 do corrente, encaminhando cópia da Decisão nº 581/93, bem como Relatório e voto que a fundamentam, referente à Auditoria Operacional realizada na Companhia Nacional de Abastecimento — CONAB.

1.2.9 — Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR EDUARDO SUPLICY — Número elevado de pessoas que nada comeram no Natal, apesar do sucesso da campanha de combate à fome, liderada pelo sociólogo Betinho.

SENADOR CARLOS PATROCÍNIO — Carta assinada por vários Presidentes de Associações de Moradores e de Comunidades do Estado de Tocantins, de socorro sobre solicitação feita ao INCRA e ainda não atendida. Apelo ao Ministro da Agricultura de apoio ao desempenho do INCRA.

SENADOR ODACIR SOARES — Apoio ao “Manifesto em Defesa da Valorização do Servidor Público”, subscrito por diversos sindicatos da categoria.

1.3 — ENCERRAMENTO**2 — MESA DIRETORA****3 — LÍDERES E VICE LÍDERES DE PARTIDOS**

4 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

Ata da 5^a Sessão, em 27 de dezembro de 1993**10^a Sessão Legislativa Extraordinária, da 49^a Legislatura***Presidência do Sr. Chagas Rodrigues*

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Chagas Rodrigues _ Eduardo Suplicy _ Epitácio Cafeteira _ Garibaldi Alves Filho _ Gilberto Miranda _ Jarbas Passarinho _

João Calmon _ José Paulo Bisol _ Mauro Benevides _ Meira Filho _ Nabor Júnior _ Odacir Soares _ Ronaldo Aragão _ Valmir Campelo.

Ó SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — A lista de presença acusa o comparecimento de 14 Srs. Senadores.

Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.
Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.
O Sr. 1º Secretário procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte:

**EXPEDIENTE
MENSAGENS
DO PRESIDENTE
DA REPÚBLICA**

Restituindo autógrafos de projetos de lei sancionados:

— Nº 538, de 1993 (nº 1.053/93, na origem), de 23 do corrente, referente ao Projeto de Lei nº 38, de 1993-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir, aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, crédito suplementar no valor de CR\$8.868.928.757,00, para os fins que especifica, sancionado e transformado na Lei nº 8.831, de 23 de dezembro de 1993;

— Nº 539, de 1993 (nº 1.055/93, na origem), de 23 do corrente, referente ao Projeto de Lei nº 89, de 1993-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Previdência Social, crédito suplementar no valor de CR\$115.190.597.716,00, para os fins que especifica, sancionado e transformado na Lei nº 8.833, de 23 de dezembro de 1993;

— Nº 540, de 1993 (nº 1.057/93, na origem), de 23 do corrente, referente ao Projeto de Lei nº 95, de 1993-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Educação e do Desporto, crédito suplementar no valor de CR\$16.086.887.174,00, para os fins que especifica, sancionado e convertido na Lei nº 8.835, de 23 de dezembro de 1993; e

— Nº 541, de 1993 (nº 1.059/93, na origem), de 23 do corrente, referente ao Projeto de Lei nº 120, de 1993-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos da União, em favor do Ministério da Integração Regional, crédito suplementar no valor de CR\$6.689.938.335,00, para os fins que especifica, sancionado e transformado na Lei nº 8.837, de 23 de dezembro de 1993.

Submetendo à deliberação do Senado Federal a escolha do nome indicado para cargo cujo provimento depende de sua prévia aquiescência.

**MENSAGEM Nº. 537, DE 1993
(Nº 1.051/93, na origem)**

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 84, inciso VII, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 18, inciso I, e nos arts. 56 e 58, do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, no art. 39, inciso I, alínea a, e no art. 40 do Anexo I ao Decreto nº 99.578, de 10 de outubro de 1990, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor JOSÉ JERÓNIMO MOSCARDO DE SOUZA, Ministro de Primeira Classe, da Carreira de Diplomata, para exercer o cargo de Embaixador, Chefe da Delegação Permanente do Brasil Junto à Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura.

Os méritos do Embaixador José Jerônimo Moscardo de Souza, que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função, constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 23 de dezembro de 1993. — Itamar Franco.

JOSÉ JERÓNIMO MOSCARDO DE SOUZA

Fortaleza/CE, 6 de novembro de 1940.

Filho de José Colombo de Souza e Yolanda Gurgel de Souza.

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais — Universidade do Brasil, CPCD, IRBr. "Master of Arts" em Ciência Política — Universidade de Colúmbia, Nova Iorque.

Terceiro Secretário, 18 de novembro de 1963.

Segundo Secretário, merecimento, 31 de dezembro de 1966.

Primeiro Secretário, merecimento, 1º de janeiro de 1973. Conselheiro, merecimento, 24 de agosto de 1977.

Ministro de Segunda Classe, merecimento, 17 de dezembro de 1981.

Ministro de Primeira Classe, merecimento, 17 de dezembro de 1986.

Assistente do Chefe da Divisão Jurídica, 1964.

Subchefe da Divisão da América Meridional II, 1974/76.

Subchefe da Divisão de Fronteiras, 1976/77.

Chefe da Divisão de Fronteiras, 1977/78.

Chefe da Divisão da Europa II, 1984/85.

Chefe, substituto, do Departamento da Europa, 1984.

Chefe da Assessoria Parlamentar do MRE, 1985.

Nova Iorque, ONU, Segundo Secretário, 1967/70.

Montevideu, ALALC, Segundo Secretário, 1970/73.

Montevideu, ALALC, Primeiro Secretário, 1973.

Washington, OEA, Conselheiro, 1978, 81.

Washington, OEA, Ministro Conselheiro, 1981/82.

Washington, OEA, Encarregado de Negócios, 1982.

Moscou, Ministro Conselheiro, 1982/83.

Moscou, Encarregado de Negócios, 1982 e 1983.

São José, Costa Rica, Embaixador, 1987/91.

Montevideu, ALADI, Embaixador, 1992.

XXII, XXIII e XXIV Assembléias Gerais da ONU, Nova Iorque, 1967 e 1968 (Assessor), 1969 (delegado-suplente).

XXIV Reunião da Comissão Jurídica da Assembléia Geral da ONU, Nova Iorque, 1969 (delegado-suplente).

Representante do Brasil junto ao FISI, Nova Iorque, 1967 e 1968.

X, XI, XII e XIII Conferências da ALALC, Montevideu, 1970/73 (delegado).

Grupo de Trabalho sobre Mercado de Aceites Bancários, ALALC, Montevideu, 1973 (membro).

Pré-Negócios da ALALC, previstas pela Resolução nº 249 do IX Período de Sessões Ordinárias da Conferência das Partes Contratuais do Tratado de Montevideu, Montevideu, 1973 (delegado).

II Reunião da Comissão Mista Brasileiro-Peruana de Cooperação Econômica e Técnica, Brasília, 1974 (delegado).

VI Período Extraordinário de Sessões da Assembléia Geral da OEA, Washington, 1978 (delegado).

Reunião de Técnicas Governamentais da Comissão Especial de Consulta e Negociação (CECON) sobre o Sistema Geral de Preferências (SGP) dos EUA, 1978 (delegado).

XVII Reunião de Consulta de Ministros das Relações Exteriores, DEA, 1978.

Conselho Permanente da OEA, 1978/80 (Representante alterno).

Comissão Executiva Permanente do Conselho Interamericano Econômico e Social (CEPCIES), 1978/1980 (Representante alterno).

Reunião Especial de Alto Nível do CECON sobre comercialização do Açúcar, 1979 (delegado).

VI e VII Assembléias Gerais Extraordinárias da OEA, Washington, 1978/79 (delegado).

XIV Reunião do Grupo *ad hoc* de Comércio sobre Barreiras Alfandegárias e Não-Alfandegárias da CECON, Lima, Peru, 1979 (chefe).

XVII Reunião de Consulta de Ministros de Relações Exteriores, Washington, 1979 (delegado).

IX e X Reuniões Ordinárias Anuais da CECON, Washington, 1979 e 1980 (delegado).

XIII, XIV e XV Reuniões Ordinárias Anuais do CIES, Washington, 1978 e 1980 (delegado), Barbados, 1979 (sub-chefe).

IX e X Assembléias Gerais Ordinárias da OEA, La Paz, 1979, e Washington, 1980 (delegado).

XI Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), Castries, Saint Lucia, 1981 (delegado).

VII Conferência Interamericana de Ministros do Trabalho, São Domingos, República Dominicana, 1982 (delegado).

IX Reunião da Comissão Intergovernamental Brasil-URSS para a Cooperação Comercial, Econômica, Científica e Tecnológica, Moscou, 1983 (delegado).

V Centenário do Descobrimento da América, São José, 1988 (chefe).

VI Sessão do Comitê Coordenador do CODEX Alimentário para a América Latina e o Caribe, São José, 1989 (chefe).

Reunião Preparatória ao VIII Congresso das Nações Unidas sobre Prevenção do Crime e Tratamento do Delinquente, São José, 1989 (chefe).

Reunião de Cúpula Ibero-Americana, São José, 1989 (delegado).

VI Reunião Ordinária, CADESCA, São José, 1989 (chefe).

Conferência Espacial das Américas, São José, 1990 (chefe).

Reunião de Cúpula Presidencial de Punta Arenas, São José, Dezembro, 1990.

Presidente do Grêmio Literário do Colégio Pedro II, Internato, 1957.

Vice-Presidente e Presidente em exercício da Associação Metropolitana de Estudantes Secundários, 1958.

Prêmio de História, viagem à Europa (Portaria nº 229 do MEC), 2/julho/1957.

Chefe do Gabinete Civil do Governo de Goiás, 1964.

Oficial de Gabinete do Presidente da República, 1964/65.

Secretário Particular do Presidente da República, 1965/67.

Subchefe para Assuntos Parlamentares do Gabinete Civil da Presidência da República, 1985/86.

Subchefe para Assuntos Institucionais do Gabinete Civil da Presidência da República, 1986/87.

Assessor do Gabinete Pessoal do Presidente da República, 1987.

Ministro de estado da Cultura, 1993.

Membro da "American Political Science Association".

Membro da "American Society of International Law".

Publicações:

"A Influência das Superpotências nas Nações Unidas", Revista Brasileira de Política Internacional, Ano XIII, nº 49/50, março/junho, 1970.

"Inanidade e modernidade em Eça de Queiroz", CB - 1965.

"Educação e Poder Político no Brasil", Columbia University, Nova Iorque, 1970.

Ordem do Rio Branco, Grã-Cruz, Brasil.

Ordem do Mérito Naval, Comendador, Brasil.

Ordem do Mérito Militar, Comendador, Brasil.

Ordem do Mérito Aeronáutico, Comendador, Brasil.

Ordem do Mérito das Forças Armadas, Comendador, Brasil.

Ordem da Coroa, Cavaleiro, Bélgica.

Secretaria de Estado das Relações Exteriores, em de de 1993. — **Gilda Maria Ramos Guimarães**, Chefe do Departamento do Serviço Exterior.

(À *Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional*.)

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — O Expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, comunicações que serão lidas pelo Sr. 1º Secretário.

São lidas as seguintes

Brasília, 23 de dezembro de 1993

Excelentíssimo Senhor

Senador Humberto Lucena

DD. Presidente do Senado Federal

Nesta

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que a partir desta data, re assumo minhas atividades parlamentares.

Cordialmente. — Senador Alexandre Costa.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO REGIONAL

DECRETOS DE 22 DE DEZEMBRO DE 1993

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso I, da Constituição, resolve

EXONERAR, a pedido,

ALEXANDRE ALVES COSTA do cargo de Ministro de Estado da Integração Regional.

Brasília, 22 de dezembro de 1993; 172º da Independência e 105º da República. — **Itamar Franco**.

Ofício GAB-SHN nº 1/93

Brasília, 23 de dezembro de 1993

Excelentíssimo Senhor

Senador Humberto Lucena

Presidente do Senado Federal

Nesta

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que estou reassumindo, nesta data, o mandato de Senador da República pelo Estado do Piauí, integrando a Bancada do PFL.

Atenciosamente, — Senador Hugo Napoleão.

OF. nº 474/93

Brasília, 23 de dezembro de 1993

Exmo. Sr.

Senador Humberto Lucena

DD. Presidente do Senado Federal

Nesta

Senhor Presidente,

Em virtude do retorno do Senador José Eduardo de Andrade Vieira, comunico a Vossa Excelência que estou deixan-

do esta Casa, nesta data, retornando ao Paraná, onde continuarei à inteira disposição do ilustre Presidente e dos demais Senadores, com os quais tive a honra e o prazer de conviver nestes quatorze meses.

No ensejo, renovo a Vossa Excelência os protestos de estima e consideração.

Cordialmente, — Senador **Luiz Alberto Martins de Oliveira**.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA DO COMÉRCIO E DO TURISMO

DECRETOS DE 22 DE DEZEMBRO DE 1993

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso I, da Constituição, resolve EXONERAR, a pedido,

JOSÉ EDUARDO DE ANDRADE VIEIRA do cargo de Ministro de Estado da Indústria, do Comércio e do Turismo.

Brasília, 22 de dezembro de 1993; 172º da Independência e 105º da República. — **Itamar Franco**.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — As comunicações lidas vão à publicação.

Sobre a mesa, projetos de leis que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário.

São lidos os seguintes.

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 161, DE 1993 COMPLEMENTAR

Altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, estatuindo prazo único de 6 (seis) meses para desincompatibilizações.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º As alíneas g e 1 do inciso II e as alíneas a, b e c do inciso IV do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, passam a vigorar com a redação seguinte:

“Art. 1º

II — para Presidente e Vice-Presidente da República:

g) os que tenham, dentro dos 6 (seis) meses anteriores ao pleito, ocupado cargo ou função de direção, administração ou representação em entidades representativas de classe, mantidas, total ou parcialmente, por contribuições impostas, pelo poder público ou com recursos arrecadados e repassados pela Previdência Social;

i) os que, servidores públicos, estatutários ou não, nos órgãos ou entidades da administração direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e dos Territórios, inclusive das fundações mantidas pelo poder público, não se afastarem até 6 (seis) meses antes do pleito, garantido o direito à percepção dos seus vencimentos integrais;

IV — Para Prefeito e Vice-Prefeito;

a) no que lhes for aplicável, por identidade de situações, os inelegíveis para os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, Governador e Vice-

Governador de Estado e do Distrito Federal, observado o prazo de 6 (seis) meses para a desincompatibilização;

b) os membros do Ministério Públíco e Defensoria Pública em exercício na comarca, nos 6 (seis) meses anteriores ao pleito, sem prejuízo dos vencimentos integrais;

c) as autoridades policiais, civis ou militares, com exercício no Município, nos seis meses anteriores ao pleito;”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

A Lei Complementar nº 64, de 1990, fixa em seis meses quase todos os prazos de desincompatibilização para fins de participação em eleições. As exceções são poucas; dirigentes sindicais (quatro meses); servidores públicos em geral (três meses); e, se as eleições forem para Prefeito e Vice-Prefeito, quatro meses para todos os abrangidos por incompatibilidades.

Ocorre que, segundo nos parece, essas excepcionalidades atentam contra o princípio da isonomia, uma vez que não exergamos condições especiais que as justifiquem.

Por essa razão, entendemos como justo o estabelecimento de um prazo único de desincompatibilização para todos os que, incorrendo em impedimentos, pretendam se candidatar a cargos eletivos.

A opção pelo lapso de 6 (seis) meses se justifica por ser esse o espaço de tempo insculpido na Constituição Federal, para os casos de incompatibilidades nela disciplinados (CF. art. 14, §§ 5º, 6º e 7º) e também o prazo mais adotado na própria Lei Complementar nº 64/90.

Ante o exposto, solicitamos o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente proposição que, como visto, destina-se a corrigir distorções hoje existentes na chamada “Lei das Inelegibilidades”.

Sala das Sessões, 27 de dezembro de 1993. — Senador **Odacir Soares**.

LEGISLAÇÃO CITADA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CAPÍTULO IV Dos Direitos Políticos

Art. 14. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante:

§ 5º São inelegíveis para os mesmos cargos, no período subsequente, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal, os Prefeitos e quem os houver sucedido, ou substituído nos seis meses anteriores ao pleito.

§ 6º Para concorrerem a outros cargos, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito.

§ 7º São inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o

segundo grau ou por adoção, do Presidente da República, de Governador de Estado ou Território, do Distrito Federal, de Prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.

**LEI COMPLEMENTAR Nº 64,
DE 18 DE MAIO DE 1990**

Estabelece, de acordo com o art. 14, § 9º, da Constituição Federal, casos de inelegibilidade, prazos de cessação e determina outras providências.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 162, DE 1993

Altera a redação do art. 22, da Lei nº 8.460, de 17 de setembro de 1992, para estender os benefícios do auxílio-alimentação aos servidores com jornada de trabalho igual ao superior a vinte horas semanais e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 22 da Lei nº 8.460, de 17 de setembro de 1992, passa a vigorar, mantidos os incisos e o parágrafo único, com a seguinte redação:

“Art. O art. 22. O Poder Executivo disporá sobre a concessão de auxílio-alimentação a servidores civis dos órgãos da Administração direta, autárquica e fundacional sujeitos à jornada de trabalho igual ou superior a vinte horas semanais, observados os seguintes procedimentos e critérios:”

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

A concessão de auxílio-alimentação aos servidores públicos, hoje restrita aos sujeitos à jornada de trabalho que quarenta horas semanais, deve ser estendida aos demais servidores por razões de justiça, em respeito aos princípios isonômicos que norteiam a disciplina das relações o poder público e seus subordinados. Embora a lei atribua a este auxílio natureza não-salarial, a verdade é que, na realidade prática, o benefício representa verdadeiro salário, mormente quando os vencimentos dos servidores encontram-se achatados e, se não houvesse complementação, muitos não receberiam sequer o salário mínimo.

Limitando, por outro lado, a concessão deste auxílio aos servidores submetidos ao regime de quarenta horas, a norma legal desconhece o tempo despendido para o deslocamento até o local de trabalho, que pode impossibilitar, em razão deste acréscimo temporal, a realização das refeições no ambiente residencial.

A igualdade de tratamento deve ser dispensada a todos os servidores em razão de princípio constitucional. Fatores objetivos indicam que não se justifica a diferenciação estipu-

lada na lei. Estas razões nos induzem a apresentar proposta que pretende corrigir tal injustiça.

Em face dessas considerações esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente projeto.

Sala das Sessões, 22 de dezembro de 1993. — Senador Odacir Soares.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.460, DE 17 DE SETEMBRO DE 1992

Concede antecipação de reajuste de vencimentos, e de soldos de servidores civis e militares do Poder Executivo e dá outras providências.

Art. 22. O Poder Executivo disporá sobre a concessão de auxílio-alimentação a servidores civis dos órgãos da Administração direta, autárquica e fundacional sujeitos à jornada de trabalho de quarenta horas semanais, observados os seguintes procedimentos e critérios.

I — alternativamente, a concessão de tíquetes ou a contratação de serviços de terceiros;

II — reembolso de parcela de custo do benefício pelo servidor, em índice proporcional à sua remuneração;

III — inacumulabilidade do benefício alimentação com outros de espécie semelhante, tais como casa-básica ou vantagegem pessoal originária de qualquer forma de auxílio-alimentação;

IV — diferenciação do valor do benefício em razão do efetivo custo de refeições nas diferentes localidades.

Parágrafo único. O auxílio-alimentação não será, em hipótese alguma:

a) pago em dinheiro;

b) incorporado ao vencimento, remuneração, provento ou pensão;

c) caracterizado como salário-utilidade ou prestação salarial *in natura*.

Art. 23. O Poder Executivo dará prioridade, dentre os programas de trabalho a cargo do Ministério do Trabalho e da Administração, ao Programa Nacional de Treinamento. Qualificação e Desenvolvimento do Servidor Público, para implantação do qual serão destinados, a partir do exercício de 1993, nos termos da Lei Orçamentária, recursos específicos correspondentes a 1% do valor da folha de pagamento.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania — Decisão Terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Os projetos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 1.448, DE 1993

Requeiro, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, licença para tratamento de saúde, no período de 16 a 25 de dezembro de 1993, conforme laudo de inspeção médica anexo.

Sala das Sessões, 21 de dezembro de 1993. — Senador Rachid Saldanha Derzi.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — O requerimento está devidamente instruído com o atestado médico previsto no art. 43, inciso I, do Regimento Interno.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Aprovado o requerimento, fica concedida a licença solicitada.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Sobre a mesa, comunicações que serão lidas pelo Sr. 1º Secretário.

São lidas as seguintes

Exmº Sr.
Senador Humberto Lucena
DD. Presidente do
Senado Federal

Hydekel Freitas, Senador pelo Estado do Rio de Janeiro, vem comunicar a V. Exª que se ausentará do País no período de 23 de dezembro de 1993 a 10 de janeiro de 1994.

Nestes Termos

P. Deferimento

Brasília, 22 de dezembro de 1993. — Senador Hydekel Freitas.

Ofício GAB-SHN-nº 002/93

Brasília, 23 de dezembro de 1993

Excelentíssimo Senhor
Senador Humberto Lucena
Presidente do Senado Federal
Nesta

Senhor Presidente,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência para comunicar que, de acordo com o disposto no art. 39, alínea a, do Regimento Interno, estarei ausente nos trabalhos desta Casa em virtude de viagem ao exterior, em caráter particular, no período de 25 de dezembro a 12 de janeiro de 1994.

Atenciosamente, Senador Hugo Napoleão.

Brasília, 23 de dezembro de 1993.

Exmº Sr.
Senador Humberto Lucena
DD. Presidente do Senado Federal
Nesta

Senhor Presidente,

Cumprimentando Vossa Excelência, tenho a honra de comunicar-lhe que, terminada a licença, em cujo gozo me achava por estar exercendo o cargo de Ministro de Estado da Indústria, do Comércio e Turismo, reassumo, hoje, o exercício do meu mandato pela representação do Estado do Paraná.

Respeitosamente, — Senador José Eduardo de Andrade Vieira.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, DO COMÉRCIO E DO TURISMO

DECRETOS DE 22 DE DEZEMBRO DE 1993

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso I, da Constituição, resolve EXONERAR, a pedido,

JOSÉ EDUARDO DE ANDRADE VIEIRA do cargo de Ministro de Estado da Indústria, do Comércio e do Turismo.

Brasília, 22 de dezembro de 1993; 172º da Independência e 105º da República. — Itamar Franco.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — As comunicações lidas vão à publicação.

— A Presidência recebeu do Tribunal de Contas da União os Avisos nº 1.012 e 1.013, de 1993, de 21 do corrente, encaminhando os relatórios de atividades relativos ao primeiro e segundo trimestres do corrente ano.

Os expedientes serão encaminhados à Comissão de Assuntos Econômicos para conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — A Presidência comunica ao Plenário que recebeu o Relatório nº 5, de 1993-CN, dos trabalhos da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada mediante o Requerimento do Congresso Nacional nº 92/93, destinada a investigar as causas do endividamento do setor agrícola, o elevado custo de seus financiamentos e as condições de importação de alimentos nos exercícios de 1990 a 1993.

O Relatório nº 5, de 1993-CN, será publicado em suplemento à presente edição.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — A Presidência recebeu do Banco Central do Brasil o Ofício nº 3.568-1/93, de 22 do corrente, encaminhando a complementação dos documentos necessários à instrução do Ofício nº S/178/93.

O expediente será despachado à Comissão de Assuntos Econômicos, para ser anexado ao processado da matéria em referência.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Valmir Campelo.

O SR. VALMIR CAMPELO (PTB — DF. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srª e Srs. Senadores:

Este mundo que Marshall MacLuhan previra, em plena efervescência dos anos sessenta, estar em vias de se transformar em uma aldeia global, por força do fenômeno da comunicação de massa, sofreu transformações que nem mesmo o mais delirante dos futurólogos seria capaz de prever.

De fato, transformamo-nos em uma aldeia global, na medida em que os acontecimentos de hoje na Bósnia, em Mogadíscio ou em Palermo nos atingem diretamente, dentro de nossas casas, afetam nosso cotidiano e nos tornam cada dia mais solidários ou — quem sabe? — até mais convientes.

Cada vez mais o mundo é um mundo só.

Mas, ao mesmo tempo, cada vez mais o mundo é um aglomerado de muitos mundos.

Cada vez mais os homens se descobrem mais iguais e, a cada passo desse processo de descoberta, paradoxalmente, mais diversos.

Na realidade, essa imensa aldeia, que é o mundo atual, está renascendo em roupas típicas.

O nosso mundo está vivendo um processo que tem sido capaz de recuperar línguas estranhas, quase mortas, de reinventar países que a maioria de nós nem suspeitava ainda sobrevivesse sob a capa oficial de Estados multinacionais, processo apoiado em fortíssima tendência que consegue dar voz a povos até aqui ocultos no seio de Estados precariamente equilibrados sobre o pedestal do orgulho de suas diferenças culturais.

Uma Europa, por exemplo, floresce hoje diante dos olhos de todos nós, parecendo querer realizar o vaticínio daquela “Europa das Nações” apregoada pelo General De Gaulle há quase quarenta anos.

A Europa, que o mundo vê não sem apreensão, alcança o seu intento de unificação por cima de todas as diferenças que fizeram daquele território civilizado o palco de tantas lutas bárbaras.

Rearranja-se o espaço, muda-se a geografia, movem-se as rodas do poder.

E nesse rearranjo de espaço, nessa ressurreição de gentes e de línguas, enquanto aglutinam-se novas forças e refazem-se as alianças políticas, reconstrói-se, enfim, um outro mundo novo.

Um mundo onde a paz abandonou o vocabulário da poesia e passou a integrar a linguagem da política, dos negócios e das comunicações.

Uma paz que, talvez pela primeira vez em nossa longa história, não se faz mais como o resultado de uma imposição unilateral de força, como uma **Pax Romana** em versão mais moderna.

Nem mesmo uma **Pax Americana**, pois a América, nesse contexto, ganha espaço, mas perde força; ganha poder, mas perde mercado. Nesse contexto, ganhando aqui, perdendo ali, os Estados Unidos são também mera peça na engrenagem, não a máquina que tudo move.

Tanto quanto os outros países, os Estados Unidos da América são hoje um poder relativizado.

Essa relativização, que nasceu da queda do Muro de Berlim, do desmantelamento do império soviético, que cresceu com o despertar chinês para a economia de mercado, completa-se com a consolidação e o esgotamento do modelo dos tigres asiáticos. Perfaç-se, enfim, em uma rede de interdependência cada vez maior e mais forte.

Essa relativização não depende hoje de um eixo central. Nenhum país detém agora a hegemonia; nem mesmo os Estados Unidos escapam a essa tendência, pois não é à-toa que, por trás do sucesso político e comercial do NAFTA, simbolicamente, os Estados Unidos se juntam ao México e ao Canadá para realizar o seu antigo sonho de serem, de fato, os verdadeiros Estados Unidos da América do Norte.

Um mundo interdependente, um mundo de paz, onde as guerras se dão apenas nos recintos fechados e sofisticados como esses onde o GATT decide as guerras dos subsídios à agricultura da França contra os Estados Unidos, dos produtores mundiais de arroz contra as barreiras intransponíveis do mercado do Japão, das tentativas dos detentores de tecnologia de ponta para submeter países como o nosso a um estado passivo de dependência e submissão. Temas que, em outras épocas, acenariam perigosamente para a luta armada e para o conflito entre os povos, mas que hoje se resolvem e se discutem, como verdadeiras batalhas, porém dentro dos limites de uma tradição civilizada, onde se acredita que as diferenças podem ser resolvidas por meio de tratados e acordos.

Terminada a guerra fria, nasce um mundo em que quinhentos bilhões de dólares investidos pelas duas potências na corrida armamentista — nas artes da morte — podem, teoricamente, ser aplicados agora nas artes da vida.

Mas não é assim, infelizmente, que as coisas acontecem. Existe, de um lado, uma indústria bélica que nunca se conformou em ficar ociosa e, ao mesmo tempo, um quadro de miséria e fome que explode como uma bomba em nossas casas a cada vez que, nesse mundo tão pequeno, a imagem dos meninos nus de Biafra, Somália ou, aqui mais perto, em Pernambuco ou mesmo na periferia de Porto Alegre proclama a nossa incompetência, agride a nossa consciência.

Para onde estarão indo aqueles dólares?

Para financiar, quem sabe, o fenômeno do século: o milagre da reunificação de duas Alemanhas hostis e antipodadas ou para mitigar, quem sabe, o Terceiro Mundo que a Europa acabou de descobrir ali mesmo às suas portas, na miséria humilhada dos países do Leste.

Mas, nesse novo mundo que se esboça, não parece ter sobrado muito espaço para países como o nosso.

Nós, da América, que há mais de quinhentos anos fomos o Novo Mundo, para que mundo afinal nos dirigimos?

Que mundo é esse que nos aguarda no limiar do terceiro milênio? Seremos nele ainda um Mundo Novo?

Nesse novo mundo que nasce sob os nossos olhos, não podemos saber onde ficaremos. Mas podemos dizer que, se nada mudar, continuaremos a viver na periferia do poder, à margem do concerto geral, caudatários e coadjuvantes nesse processo.

O Brasil é o resultado de tendências diversas daquelas que estimulam a subdivisão da Europa de hoje, como já havia ocorrido antes com a África, poucos anos atrás, e continua a ocorrer.

O nosso Brasil, é verdade, desconhece os horrores das guerras tribais que tanto sangue e tanta dor causaram ainda ontem aos povos da África e que tanta desgraça espalham hoje também pelos campos da Europa.

Somos um país-contíntente, com uma coesão interna quase mágica, se levarmos em conta o tamanho descomunal de nosso território. Somos um país enorme que durante muitos anos se preparou para um futuro maior ainda, e que hoje vê todos os seus sonhos de grandeza ameaçados.

Talvez ainda haja tempo de reverter esta tendência perversa e implantar entre nós as bases que nos conduzirão à ocupação de um espaço melhor no mundo novo que se constrói ao nosso redor.

Talvez ainda sobre algum espaço para nós no Novo Mundo!

E que nesse mundo a paz não seja nunca uma novidade precária e passageira.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Concedo a palavra ao nobre Senador João Calmon.

O SR. JOÃO CALMON (PMDB — ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, aproveitando esse **intermezzo** das festas de Natal e das comemorações do Ano Novo, desejo comentar alguns temas que se revestem de extraordinária importância, publicados nos últimos dias por vários jornais do eixo Rio-São Paulo.

A mídia impressa e eletrônica tem dado o necessário e indispensável relevo às operações e às investigações da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o Orçamento. Esse trabalho altamente meritório, e que conta com o nosso aplauso, terá de provocar consequências em outras áreas. Neste momento em que a CPMI se aproxima do fim de suas investigações, nós, que pertencemos ao Poder Legislativo, devemos orgulhosamente proclamar que, em nosso País, a iniciativa da apuração dessas graves distorções ou, para sermos ainda mais realistas, desses desfalques ao Tesouro Nacional, partiu do próprio Congresso Nacional, com a criação de uma Comissão Parlamentar Mista de Orçamento. Estão sendo levantadas todas as denúncias, está sendo investigado o patrimônio de todos os acusados, está sendo suspenso o sigilo bancário em

território nacional e já se cogita de uma providência semelhante na área dos chamados paraísos fiscais.

Erros, crimes, pecados, tudo isso é inerente à miserável condição humana a que todos nós pertencemos. Entretanto, nesse episódio há um detalhe, que é um motivo de orgulho. No Brasil, essa iniciativa de realizar uma ampla e profunda investigação na área de atuação da Comissão Parlamentar Mista de Orçamento, com revelações que têm estarrecido não apenas a opinião pública do Brasil, mas a de todo o mundo, partiu do próprio Congresso Nacional.

Um país altamente educado como a Itália desencadeou a hoje famosa operação "Mãos Limpas", procurando punir severamente os membros do Parlamento que haviam cometido crimes da maior gravidade, inclusive no setor financeiro. Entretanto, convém destacar que a operação "Mãos Limpas" foi uma iniciativa de juízes do Norte da Itália e não do próprio Parlamento.

Por outro lado, também no âmbito do Congresso Nacional, orgulhamo-nos da existência de uma Comissão Parlamentar de Inquérito sobre evasão fiscal, que tem recolhido dados de extraordinária relevância. Se tivermos a contrapartida do esforço do Legislativo na área do Poder Executivo, o Brasil passará a ter recursos mais substanciais para a Educação, para a Saúde e para tantas outras áreas carentes.

Neste intervalo entre o Natal e o Ano Novo, alguns dos grandes jornais têm publicado reportagens impressionantes sobre o saque que se realiza neste País, objeto, por exemplo, de uma manchete da pág. 3 da edição de ontem do jornal *O Globo*, do Rio de Janeiro. Eis o título da manchete:

"Saque no País chega a 140 bilhões de dólares."

O jornal faz uma classificação entre as várias áreas responsáveis por esses rombos nos cofres públicos. A primeira área objeto de estudo, como não poderia deixar de ser, refere-se à chamada "Máfia do Orçamento", com a seguinte referência:

"Avaliação preliminar da Subcomissão de Bancos da CPI do Orçamento indica que os envolvidos na máfia movimentaram mais de 100 milhões de dólares em suas contas bancárias desde 1989. Até o final do mês passado, a subcomissão já tinha analisado 190 contas em 27 bancos."

Atualmente, está-se tentando, sob certas condições, uma investigação na Suíça, no sentido de se levantar o sigilo das contas secretas. O jornal adianta:

"Somente o Deputado João Alves (sem partido — BA), o "mestre" dos anos, movimentou, em suas 13 contas bancárias, mais de 50 milhões de dólares durante os cinco anos em que manipulou emendas."

A CPI do Orçamento está agindo exemplarmente e, já no próximo mês, teremos ampla divulgação das conclusões a que chegaram os seus membros.

A segunda denúncia se refere a subvenções sociais. Diz o texto:

"O Ministério da Ação Social liberou 152,7 milhões de dólares em subvenções sociais para entidades filantrópicas de todo o País entre 1989 e 1992. Não houve fiscalização da aplicação desses recursos, liberados a fundo perdido, e a CPI do Orçamento suspeita que 50 milhões de dólares tenham sido desviados. Sessenta e um milhões de dólares foram para 57 entidades do Rio, apurou o TCU. E 26 milhões de dólares para

entidades sem registro jurídico. O principal beneficiado foi o Deputado Fábio Raunheitti (PTB — RJ)."

A terceira área citada nesse levantamento são as empresas, que têm estado na ordem do dia nessas últimas semanas e por motivos facilmente compreensíveis:

"Superfaturaram os preços das obras públicas em até 100%. Estatísticas de 1990 indicaram que 75% das obras são encomendadas pelo Governo. Naquele ano, a receita operacional das obras foi de 24,8 bilhões de dólares."

Outro rombo se refere ao FGTS:

"Foram desperdiçados 5 bilhões de dólares, nos 17 anos de existência do FGTS, com obras superfaturadas. O TCU constatou que no Governo Collor houve um rombo de 500 milhões de dólares. A restituição custaria hoje uma quantia superior a 1 bilhão de dólares."

O outro item se refere às atividades de PC Farias, com esta legenda:

"O ex-tesoureiro da campanha de Collor, PC Farias, sonegou cerca de 100 milhões de dólares através de suas empresas. Só nos dois primeiros anos do Governo Collor, PC adquiriu um patrimônio avaliado em 1 bilhão de dólares."

A outra criminosa distorção refere-se ao INSS:

"Só no Estado do Rio, a quadrilha de fraudadores da Previdência Social causou prejuízos de mais de 550 milhões de dólares, segundo cálculos do próprio INSS. O Instituto espera ser resarcido em pelo menos 40% desse montante". — o otimismo deve ser sempre cultivado.

O outro item, provavelmente o mais vultoso, o mais traumizante, está na área da sonegação de impostos, que tem sido objeto, creio, de pelo menos uns dez pronunciamentos meus aqui no Senado, os quais, segundo o Ministro da Fazenda, Senador Fernando Henrique Cardoso, o inspiraram a pedir a instalação de uma Comissão Parlamentar, cujos primeiros resultados são realmente estarrecedores.

Afirma *O Globo*:

"A Receita Federal estima que, para cada cruzeiro que arrecada, um cruzeiro é sonegado. Assim, o Governo deixa de arrecadar, anualmente, algo próximo a 80 bilhões de dólares, apenas 30 bilhões de dólares menos do que o total da dívida externa."

Como tenho atuado com muita freqüência e com muita dedicação nesta área da CPI da Sonegação Fiscal, posso assegurar, sem nenhuma margem de dúvida, que o total da sonegação de impostos é muito superior aos 80 bilhões de dólares constantes dessa matéria do vespertino carioca.

Outro tópico da matéria de *O Globo* tem o título de "Obras Faraônicas":

"O Governo desperdiça anualmente 650 milhões de dólares só com juros de seis projetos de geração de energia que não sabe se serão concluídos. Só as obras da Hidrelétrica de Xingó foram superfaturadas em 1,5 bilhão de dólares no Governo Collor."

Obviamente, a projetada CPI sobre as empreiteiras fará uma devassa muito mais ampla, mais profunda e mais completa nessa área.

O outro ponto refere-se a grãos:

"Em fevereiro de 1993, o Governo detectou que cerca de 13 milhões de toneladas de grãos — 20% da safra estimada em 67 milhões de toneladas — seriam perdidos. A conta chegaria a 6 bilhões de dólares se contabilizada a perda total do setor."

Outro item refere-se a distorções, crimes, e fraudes na área da saúde:

"Anualmente, cerca de 1,5 bilhão de dólares destinados ao setor é desviado. Em março de 1981, a compra de 2,6 milhões de dólares em seringas pelo Ministério da Saúde, sem licitação e a preços superfaturados, causou um prejuízo de 42,8 milhões de dólares."

Devo acrescentar a essa matéria tão impressionante do jornal **O Globo** que, quando era titular da Pasta da Saúde, o Professor Adib Jatene, com a coragem que o caracteriza, revelou que, no Brasil, "hospital é assunto de interesse de empreiteiros". Eles cuidam também da elaboração de plantas, superdimensionam as áreas do hospital, sem levar em conta as despesas de custeio e manutenção que, obviamente, são muito elevadas.

Fiquei tão impressionado com o depoimento do então Ministro Adib Jatene que tive a oportunidade de declarar que via naquele eminentemente médico uma figura de homem público, de estadista, que mereceria a cogitação que então circulava de vir a ser um dia Presidente da República Federativa do Brasil.

Outro item da matéria que estou apresentando refere-se à alimentação:

"Em 1992, uma CPI devassou os cinco maiores programas do Governo destinados a combater a fome. Resultado: de cada 10 dólares que saíram de Brasília, apenas 3 transformavam-se em alimento para a população carente."

Outro item está inserido na área que é a minha obsessão — a Educação — e refere-se à merenda escolar:

"A Fundação de Assistência ao Estudante — FAE, comprou a preço superfaturado 128 milhões de dólares em merenda escolar. A operação foi concretizada no dia em que Carlos Chiarelli deixou o Ministério da Educação, em agosto de 1991."

Segue um tópico sobre a VASP. E o texto acentua:

"Privatizada, a VASP refinanciou, em setembro de 1990, uma dívida de 276 milhões de dólares com o Banco do Brasil. Em outubro, o Presidente da PETROBRAS denunciou pressões de PC Farias para aprovação de outro empréstimo de 40 milhões de dólares à VASP."

O item seguinte refere-se a um problema que muitos consideram crônico, mas que, obviamente, não é insolúvel: o problema dos usineiros. O jornal enfatiza:

"O Governo Collor refinanciou a dívida de 1,5 bilhão de dólares de usineiros com a União. Os devedores foram beneficiados com prazos de 100 meses a 15 anos para pagar. A Procuradoria-Geral da República contestou, mas o acordo foi mantido."

Um outro item focaliza a LBA:

"A LBA comprou, em 1990, 186 mil cestas básicas sem concorrência, pagando 5,9 milhões de dólares, 20% acima do valor do mercado. Em 1991, a então primeira-dama Rosane Collor distribuiu ilegalmente para Canapi 868 mil dólares."

O item seguinte aborda o programa SOS-Rodovias:

"Depois de ver revogado seu decreto que dispensava de licitação as empreiteiras que participariam do projeto SOS-Rodovias, orçado em 500 milhões de dólares, o Secretário Nacional de Transportes, Marcelo Ribeiro, demite-se."

Acrescento que, até agora, não se conhece nenhuma consequência concreta do escândalo do programa SOS-Rodovias.

Um outro ponto diz respeito a poços:

"O escândalo do DNOCS revelou que, dos 25 mil poços abertos pelo órgão até 1993, 18 mil foram em terras particulares. O TCU constatou superfaturamento de 302 milhões de dólares na construção de nove barragens feitas no Nordeste pelo DNOCS."

Restam apenas quatro itens, Sr. Presidente, Srs. Senadores.

Indenização. Em março de 1991 a Justiça condenou o ex-Presidente João Figueiredo e políticos a pagarem à União 59 milhões de dólares pelo prejuízo causado pela indenização à Companhia Vale do Rio Doce na suposta exploração do garimpo de Serra Pelada.

Imóveis. Pelo menos 1 milhão e 800 mil dólares foram perdidos pela antiga Superintendência de Construção e Administração de Imóveis — SUCAD. Quatro empresas foram pagas sem executar o serviço: reformas e troca de redes de esgoto em 21 prédios do Governo.

Liquidações. Somente com a liquidação da subsidiária em Nova Iorque da Interbrás, o Brasil perdeu, pelo menos, 12 milhões e 200 mil dólares. O liquidante, Wilson José Peroni, pagou valores muito acima dos previstos para fechar os acordos de indenização.

Finalmente, um item deveria cobrir de vergonha todo o povo brasileiro, já que as vítimas não têm nenhuma capacidade de reação. É o item "Crianças". Em 1991, a ex-Presidente da Fundação Centro Brasileiro para a Infância e a Adolescência, Maria de Fátima de Omena e seu marido, o Deputado Francisco das Chagas Porcino, foram acusados de desvio de mais de 1 bilhão de cruzeiros reais.

Há também a outra denúncia feita pelo Ministro do Trabalho, Walter Barelli, publicada no jornal **O Globo** de hoje, na página 5, 1ª seção:

"Rombo no FGTS é de 29 bilhões de dólares."

Por outro lado, ainda no dia de hoje, a **Folha de S. Paulo** destaca em manchete, na página 5, primeiro caderno, "Natal teve menos comida do que o de 92. É a opinião de 47% das famílias pesquisadas pelo DATAFOLHA em cinco capitais: 7% dizem não ter comido nada".

Na mesma página, o mesmo jornal, sob o subtítulo "Dinheiro Público", publica uma manchete: "Empreiteiro diz que há corrupção para liberar verba". Essa é uma matéria de um dos jornalistas mais vigilantes da imprensa do nosso País, Gilberto Dimenstein, que me dispenso de ler porque vou incorporá-la a este pronunciamento.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, o mesmo jornal, **Folha de S. Paulo**, publicou no dia 19 de dezembro em sua página central impressionante mapa da miséria com o título "Brasil não sabe qual é o tamanho de sua fome". Outro título "Desnutrição diminui com educação". Até a desnutrição diminui com a educação, diz o Dr. Peláez em entrevista a Gilberto Di-menstein, jornalista que tem feito impressionantes denúncias sobre o problema, ainda insolúvel, dos menores abandonados.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Ministro Fernando Henrique Cardoso, há poucos dias, ordenou uma devassa fiscal contra a especulação, dando severas instruções ao Secretário da Receita Federal, Osíris Lopes Filho, para intensificar ainda mais o esforço de combate à sonegação no Brasil, que tenho focalizado aqui com muita freqüência. Felizmente, ao que parece, a luta contra a sonegação está apresentando resultados altamente apreciáveis, registrando um aumento de receita mensal de 500 milhões de dólares por mês.

Obviamente, se esse esforço alcançar o êxito esperado, teremos recursos suficientes para enfrentar esses problemas de extrema gravidade que afligem o Brasil na atualidade.

Estou certo de que, corrigidas algumas falhas, já denunciadas por mim neste plenário, e que constam do Programa de Estabilização do Governo Itamar Franco, na área do Ministério da Fazenda, que está amplamente descrito na Exposição de Motivos nº 395, de 7 do corrente mês, o Brasil poderá melhorar, senão espetacularmente, mas melhorar razoavelmente, no próximo ano, e nos anos seguintes, se for dada realmente uma prioridade, para valer, à luta contra a sonegação de impostos.

Deixo aqui, Sr. Presidente, Srs. Senadores, este registro que me parece da maior relevância, cujas revelações nem sempre são acolhidas pela grande imprensa. Hoje, sem dúvida nenhuma, até mesmo pela leitura de parte dessas matérias muito importantes, podemos observar que estamos no limiar de uma nova era e que há uma decisão do atual Governo de lutar com todas as armas de que dispõe contra a sonegação de impostos. Por outro lado, o Congresso Nacional, através da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a Comissão Mista do Orçamento, e já com outras CPI programadas, inclusive abrangendo a ação dos empreiteiros, poderemos ter o ano de 1994 caracterizado por uma reação saneadora, sem precedentes em nosso País, porque se não atingirmos as metas aqui apontadas, será extremamente difícil que a Nação não venha a enfrentar uma convulsão social. Alguns dados divulgados são traumatizantes. Temos, agora, todos os ingredientes para esta catástrofe: a convulsão social. Se dermos prioridade à educação, à saúde, à arrecadação correta dos impostos, se procurarmos diminuir os índices de pobreza e de miséria que tanto nos envergonham e humilham e que são amplamente divulgados por entidades internacionais, o Brasil poderá enfrentar, sem dúvida nenhuma, a mais grave crise da sua História.

Obrigado. (Muito bem!)

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR.
JOÃO CALMON EM SEU PRONUNCIAMENTO:**

BRUNO BLECHER
Editor do Agrofolha

O Brasil que passa fome se dá ao luxo de desperdiçar US\$5,4 bilhões em alimentos por ano, segundo cálculo da Coordenadoria de Abastecimento, da Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo. O valor, corres-

pondente a 1,3% do Produto Interno Bruto (PIB), é suficiente para abastecer, com uma cesta básica mensal (36 quilos), os 9,2 milhões de famílias indigentes do país durante dois anos.

A projeção da Coordenadoria de Abastecimento considera apenas perdas agrícolas decorrentes de deficiências nos processos de colheita, transporte e armazenamento de grãos, hortaliças e frutas.

"Se fosse possível calcular as perdas que ocorrem na agroindústria, supermercados, restaurantes comerciais e industriais e o desperdício das próprias donas de casa, o valor seria bem maior", diz Rosalba Toledo, coordenadora de abastecimento.

"O número é surpreendente. É uma demonstração inequívoca de que a fome do Brasil, sob todos os aspectos, é um absurdo e tem cura", diz o sociólogo Herbert de Souza (Betinho), que lidera o movimento Ação pela Cidadania contra a Miséria e pela Vida.

A miséria no Brasil já tem o tamanho do Estado de São Paulo. Pesquisa elaborada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, estima em 31.679.095 o número de indigentes no país, o equivalente à população paulista. São 9,2 milhões de famílias cuja renda permite, no máximo, a compra de uma cesta básica de alimentos por mês.

As histórias destes brasileiros formam uma espécie de manual de sobrevivência. Eles se alimentam de arroz com mandioca no norte de Minas, comem cacto e farinha de milho no sertão nordestino, garimpam lixões em Duque de Caxias (RJ) e, para enganar a fome, recorrem até ao turu, molusco extraído de troncos molhados à beira do Tocantins, em Abae-tububa (PA).

Reginaldo de Souza Gonçalves, 22, é um dos "loucos da fome" de Ouricuri (PE). Há cinco anos surgiram os primeiros sintomas de desequilíbrio mental, que os médicos associam à subnutrição. "Ele fala besteira, conversa sozinho e fica revoltado de repente", contou sua mãe à **Folha**.

O mapa da fome tem contornos mais fortes no Nordeste, onde cerca de 40% da população (17,2 milhões de pessoas) está na linha da indigência, segundo o Ipea.

No norte de Minas, estado que abriga 3,5 milhões de indigentes, a seca arrasou as lavouras e agravou a miséria nos 36 municípios que formam o Vale do Jequitinhonha. Laura Rita, 40, deu seu filho caçula de um ano para poder trabalhar na roça e arrumar comida para os outros quatro meninos.

Não é preciso ir tão longe. A fome está por todos os cantos do País. A 20 km do centro de São Paulo, 2.000 indígenas freqüentam diariamente o "sopão" do Ceagesp. Juliano, 10, é um dos fregueses assíduos do prato de 400 gramas servido pelo entreposto. Abandonado pela mãe aos dois anos, ele perdeu o pai aos oito e hoje vive nas ruas da cidade.

"Não há falta de alimento no mundo. A fome é resultado da pobreza, desigualdade social e ignorância", disse à **Folha** Edouard Saouma, diretor-geral da FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação). Segundo ele, 786 milhões de pessoas passam fome em todo o mundo. Só na América Latina há 60 milhões de subnutridos.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR.
JOÃO CALMON**

FHC ORDENA DEVASSA FISCAL CONTRA ESPECULAÇÃO

Empresas que estão fazendo remarcações consideradas abusivas serão investigadas pela Receita

Da Sucursal de Brasília

O governo vai fazer uma devassa fiscal nas empresas que estão fazendo aumentos de preços considerados abusivos. O Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, disse que o Banco Central não vai sancionar as especulações, mesmo que seja necessário elevar ainda mais os juros.

Ele disse que, em tese, existe a possibilidade de o Banco Central restringir o acesso do crédito aos consumidores. "Isso sempre existe, mas não estamos pensando em trabalhar em uma linha de coerção. Além do que, teria efeito recessivo", disse FHC. O ministro procurou responsabilizar apenas os especuladores pelo aumento da inflação.

"Não há nenhuma razão para a inflação ir a 40%. Tudo está sendo feito para a inflação cair. É uma atitude impatriótica dos especuladores. Isso é uma bolha de exploração," disse FHC. O secretário da Receita Federal, Osiris Lopes Filho, disse que recebeu orientação do Ministro da Fazenda para realizar uma ampla investigação em todas as empresas que estão remarcando seus preços. "Só estamos esperando a relação das empresas para iniciarmos a fiscalização," disse Osiris.

Os auditores vão analisar se a empresa está pagando em dia seu tributos. Os fiscais poderão usar o chamado "ponto fixo", que é o acompanhamento do faturamento da empresa durante três dias para arbitrar quanto deverá ser arrecadado de cada tributo em um mês.

FHC disse que "a situação do Brasil é boa". As reservas internacionais são satisfatórias. A produção agrícola indica que não haverá escassez de alimentos que justifiquem aumento dos preços. O Ministro acha que o Banco Central tem condições de enfrentar os bancos que querem elevar os juros para sancionar um inflação maior do que a atual.

"O governo não está em pânico. Temos recursos. Não precisamos ficar acuados. Não vamos aceitar esse jogo," disse FHC ao ser indagado sobre as dificuldades que teve o Banco Central em colocar no mercado títulos com juros abaixo de 49% ao mês na última terça-feira. "Não vamos nos perder por causa dos especuladores e nem por questiúnculas políticas. Tenho certeza que o Congresso vai colaborar," disse ao se referir ao ajuste fiscal.

Relator da comissão critica plano Da Sucursal de Brasília

O deputado Gonzaga Mota (PMDB — CE), relator da comissão especial da Câmara que analisará o plano econômico do governo, criticou ontem as medidas do Ministro Fernando Henrique Cardoso (Fazenda).

Mota disse à Folha que é contra os dois pontos principais do plano: aumento de 5% nas alíquotas dos impostos federais e retenção de 15% nos recursos que são transferidos para Estados e municípios.

"A elevação de impostos realimenta a inflação e a retenção de recursos prejudica Estados e Municípios empobrecidos," disse Mota. Para ele, a equipe deve "melhorar a distribuição de renda no país e não zerar o déficit com o sacrifício dos trabalhadores".

Como alternativa às medidas, Mota sugere maior combate à sonegação; a redução nas taxas de juros; e a tributação sobre os lucros do sistema financeiro e dos setores cartelizados.

"Qualquer política que provoque arrocho salarial é socialmente injusta," afirmou Mota.

O relator da comissão também criticou a edição de uma MP (Medida Provisória) para aumentar a alíquota dos impostos federais. Para ele, "o governo não deveria mandar essa MP, caso queira ter um bom diálogo com o Congresso".

A comissão especial da Câmara foi formada ontem. A primeira reunião de trabalho só acontece no dia 4 de janeiro. Os deputados terão 15 dias para fazer uma apreciação sobre o ajuste fiscal proposto pelo governo, através de um relatório preliminar. Os trabalhos devem se encerrar em 4 de fevereiro.

Ao dar posse à comissão, o presidente da Câmara, Inocêncio Oliveira (PFL — PE) criticou o plano pela primeira vez. "Pessoalmente, não acredito nesse plano. Se ele não der certo, vamos fazer outro", disse Inocêncio de Oliveira na reunião.

ROMBO NO FGTS É DE US\$29 BILHÕES

Joel Santos Guimarães

São Paulo — Auditorias realizadas pelos Ministérios do Trabalho, Bem-Estar Social e Fazenda mostram que a má aplicação dos recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) causou, nos últimos dez anos, um rombo da ordem de US\$29 bilhões, segundo revelou ontem o Ministro do Trabalho, Walter Barelli. Se não retornar ao fundo, esse dinheiro representará uma ampliação de US\$24 bilhões no rombo dos cofres públicos, que em apenas 22 casos de corrupção e desperdício descobertos nos últimos anos soma US\$60 bilhões, como O Globo denunciou ontem. Pelas contas conhecidas até então, o rombo no FGTS não ultrapassava US\$5 bilhões.

Segundo Barelli, nos US\$29 bilhões a que chega o rombo do FGTS estão incluídas a má aplicação de verbas do fundo em programas habitacionais e de saneamento e, ainda, as dívidas de empresas, prefeituras e governos estaduais referentes ao não-recolhimento do FGTS de seus funcionários.

Além disso, governos estaduais e centenas de prefeituras receberam recursos do fundo para obras de saneamento básico como se fossem empréstimos do Tesouro Nacional, mas não acertaram as contas. Ou seja, os recursos não retornaram para o FGTS. Até agora, o Ministério do Trabalho conseguiu um acordo apenas com os estados e municípios, que deverão saldar suas dívidas junto ao FGTS em 180 meses.

Em dezembro, o resultado das auditorias foi encaminhado ao Tribunal de Contas da União (TCU), que abriu investigações para identificar os sonegadores e os que manipularam irregularmente os recursos do fundo. Segundo Barelli, o objetivo do TCU é "não só apontar os culpados, mas puni-los e obrigar-los a devolver o dinheiro que pertence aos trabalhadores".

O ministro também revelou que o saque aos recursos do FGTS se concentrou principalmente no Governo Collor, quando milhões de dólares destinados aos programas habitacionais beneficiaram somente grandes empreiteiras.

No início desse ano, um relatório do TCU já demonstrava que o dinheiro do fundo havia se transformado em "motivo de festa para as empreiteiras que superfaturavam os preços das construções dos conjuntos habitacionais durante o Governo Collor", informou um integrante do conselho.

O documento do TCU mostra que o Ministério da Ação Social, nas gestões de Margarida Procópio e Ricardo Fiúza,

com a cumplicidade do então presidente da Caixa Econômica Federal, Álvaro Mendonça, coordenou uma rede de corrupção envolvendo parlamentares e empreiteiras e foi responsável por um rombo de, no mínimo, US\$500 milhões no FGTS.

"Nem se o Tribunal de Contas atuasse 24 horas por dia seria ágil o bastante para trazer o dinheiro de volta"

Walter Barelli

Corrêa: Sociedade tem de participar

Brasília — O Ministro da Justiça, Maurício Corrêa, defendeu ontem a participação da sociedade na elaboração do Orçamento da União para se evitar os desvios de recursos públicos que somam pelo menos US\$60 bilhões. Para Corrêa, se for criada uma forma de "orçamento participativo" será possível assegurar a destinação do dinheiro público a obras prioritárias.

A forma atual de elaboração do Orçamento é comprometedora. Saem recursos pelo ladrão. É preciso priorizar as obras indispensáveis como já vem sendo feito por algumas prefeituras do PT com a ajuda da sociedade — disse Corrêa.

O ministro considerou escandaloso o volume de dinheiro saqueado dos cofres públicos. Para fechar o ralo do Orçamento, por onde saíram US\$23 bilhões só para as empreiteiras, Corrêa propõe a reformulação dos critérios de liberação.

O Presidente Itamar Franco preferiu não comentar a sangria de US\$60 bilhões, publicada pelo *O Globo*. Itamar considerou o valor muito alto e disse que desconhecia como se chegou a esse número.

— Prefiro não falar. É um número muito alto e ainda não li a reportagem para saber como se chegou a ele — disse ontem de manhã.

Itamar volta a tratar de reforma e de plano

Juiz de Fora — O Presidente Itamar Franco, que não saiu de casa desde sexta-feira — quando chegou para passar o Natal com as filhas Fabiana e Georgiana — disse que dará continuidade à reforma ministerial e que fará uma avaliação do plano econômico do ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, hoje, quando retorna a Brasília.

O Presidente se defendeu das críticas que tem recebido pelos critérios adotados para a escolha dos novos ministros. Lembrou que reformar o ministério não foi uma decisão pessoal, mas uma necessidade determinada pelo calendário eleitoral.

— Ninguém faz reforma porque quer ou porque deseja. Não é fácil, porém, encontrar pessoas que aceitam. Elas têm receio de se expor e de ter a vida devassada. Outro problema é que muitos não querem morar em Brasília — disse Itamar, que hoje despachará no Planalto.

O Presidente já convidou um substituto para o Ministro das Minas e Energia, Paulino Cícero, que deixa o cargo amanhã. No entanto, preferiu não revelar quem será o novo ministro. Os nomes mais cotados nos últimos dias para o lugar de Paulino Cícero têm sido os do Senador Beni Veras (PSDB — CE) e do presidente da Petrobrás, Joel Rennó.

Natal teve menos comida do que o de 92

É a opinião de 47% das famílias pesquisadas pelo Datafolha em cinco capitais; 7% dizem não ter comido nada

900 domicílios foram visitados

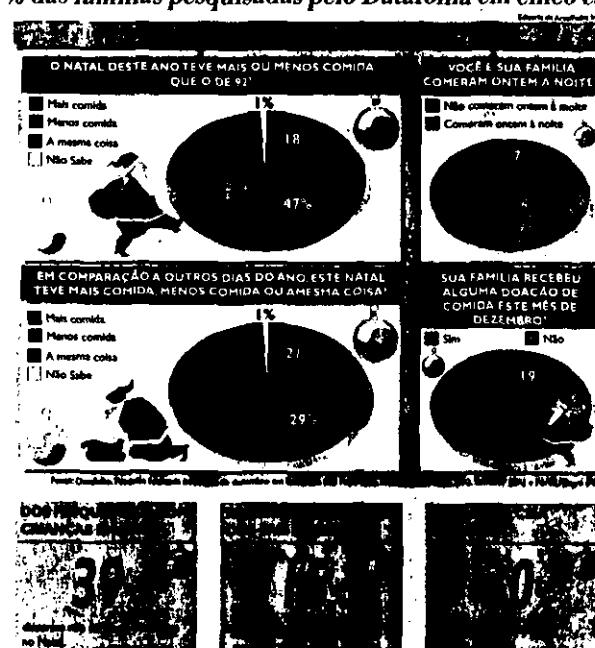
Da Reportagem Local

O Datafolha visitou 900 domicílios localizados em bairros de pobreza de cinco grandes capitais. Foram realizadas 300 entrevistas na cidade de São Paulo e 150 em Belém (PA), Salvador (BA) e Porto Alegre (RS).

Em São Paulo, foram visitadas as favelas do Morro do Urubu, da Barra Liso, do Jardim Peri, do Viaduto Alcântara Machado, da Água Funda, Jardim Icaraí 1 e Morumbi; em Brasília, o bairro do Telebrasília e o bairro de Samambaia; em Belém, a vila da Bala e a vila da Barra; em Salvador, as favelas Nova Constituição e Planeta dos Macacos, e em Porto Alegre, as vilas Caio César e Passaré.

Os resultados da pesquisa não representam o total de pessoas carregadas ou faveladas nas cidades pesquisadas nem das favelas visitadas, não podendo assim serem projetados ou generalizados. Deverá ser analisadas apenas como indicativos que tomam por base umicamente o universo fechado das famílias abordadas.

Os resultados da pesquisa não representam o total de pessoas carregadas ou faveladas nas cidades pesquisadas nem das favelas visitadas, não podendo assim serem projetados ou generalizados. Deverá ser analisadas apenas como indicativos que tomam por base umicamente o universo fechado das famílias abordadas.



FERNANDO RODRIGUES
Da Reportagem Local

O Natal da população carioca de cinco capitais foi pior do que o do ano passado, segundo pesquisa Datafolha realizada no dia 25 junto a 900 famílias de moradores de favelas. Os dados não podem ser generalizados. Representam apenas o universo pesquisado, dos quais 47% (423 famílias) disseram ter comido menos na ceia de Natal desde ano do que na de 1992.

O Datafolha realizou a pesquisa em 15 favelas (ela testa, neste painel). Além dos 47% que disseram ter comido menos este ano, outros 34% afirmaram que a quantidade de comida foi igual à do Natal de 1992. Apenas para 18% dos pesquisados a mesa foi mais rechada de alimentos este ano.

Os pesquisados também foram indagados diretamente sobre terem ou não passado fome no Natal. Apesar de a imensa maioria (93%) ter afirmado que comeu alguma coisa na noite de Natal, 7% responderam que ficaram sem comida.

Embora não seja possível estender o dado para a população carioca de todas as cidades onde foi feita a pesquisa, é relevante o fato de que em Belém 14% dos pesquisados responderam ter ficado sem comer do dia 24 para o dia 25. Em segundo lugar ficou São Paulo (10%) não comeram) e Salvador (9%) em terceiro. Brasília

(2% sem comida) e Porto Alegre (1%) foram as cidades onde a localidades carregadas pesquisadas apresentaram menor índice de falta de comida.

Os moradores das favelas na cinco capitais onde o Datafolha esteve receberam doações de comida durante este mês. Ao todo 19% das 900 famílias pesquisadas diz ter recebido alguma coisa, o maior índice é o de favelas em Brasília (onde 38% receberam comida), seguida por São Paulo (25%) e Porto Alegre (16%). Belém (7%) e Salvador (5%) apresentaram os níveis mais baixos de doação.

A geração anterior dos pesquisados (65%) afirmou em 1992 que 11% fizeram teste com carne de picanha, carne moída ou amigos. Na noite anterior entre aqueles que comemoram, os principais foram: arroz (quase 76% das mesas); carne (63%) e feijão (35%). Foi acompanhado por mingau que teve maior participação para beber. Durante a ceia de Natal, 31% disseram ter bebido refrigerante, 21% beberam vinho e 20% consumiram cerveja.

O Natal nas favelas pesquisadas também se revelou uma noite pouco diferenciada do restante do ano. Para 49% das famílias pesquisadas, havia a mesma quantidade de comida na mesa, em relação aos outros dias do ano. Outros 29% disseram que houve menos alimento e apenas 21% preparam ceias mais fartas para comemorar o dia.

A direção do Datafolha e os escritórios de Manoel Telles, Honda e Góes, Vargas Neto, pegava e informava tal resultado ao presidente Fernando Collor.

Distribuição vai continuar esta semana

Da Reportagem Local

Além das 21.050 cestas com alimentos não perecíveis, distri-





Eulália e Marcelo, com o filho, que não receberam cesta



Lila Dias e um dos 12 filhos, que já consumiram os alimentos da cesta de Natal

Família ganha cesta e consome em 2 dias

Mãe diz que até dia 5, quando o marido recebe o salário, vai ter que comprar fiado para comer

O diretor foi promovido por pessoas que na tarde do dia 24 telefonaram para o movimento e prometeram quantias que variavam de CR\$ 150 mil a CR\$ 300 mil. A mobilização, disse Magdalena Alves, foi "muito maior que muitos de nós esperávamos".

Ela disse que nemhum dos comitês, em São Paulo, registrou incidentes no momento da distribuição. A campanha atingiu, em São Paulo, cerca de um décimo dos domicílios que vivem na miséria. Mas foram feitas grandes doações por outras cidades como a espírito (Federación das Indústrias do Estado de São Paulo) e Federação do Comércio do Estado de São Paulo.

Lila Batista da Silva, 36, não comeu na noite de Natal
Adém de cuidar da filha Jeniffer, de 3 anos, Lila faz "técnicas para sobreviver. Quando padece de fome, Marcelo depende da caridade alheia para sustentar seu único filho, Mauricin, de dois meses. "A gente rodeia muita casa, pede na porta, e assim vai indo", diz. Ontem, os dois almoçaram arroz e feijão dado por funcionários do posto do corpo de Bombeiros localizado em frente à favela.

Ale um dia antes do Natal, a família também não tinha onde morar. "A gente dormia na rua,

Papóia

Há dois meses, Marcelo e

Eulália acordam sem saber o que vão comer durante o dia. Sem trabalhar desde que ruborem a carroça que usava para carregar papéis, Marcelo depende da caridade alheia para sustentar sua família. Eulália, casada com vizinho Francisco Evandro Pereira.

A família chegou arrastada na favela. Um dia antes, os moradores haviam recebido cestas

dadas para a caravana contra a fome. "Não tinha o que comer na noite de Natal", afirma Marcelo. Ontem, Eulália estava na fila para ser cadastrada, (Fernanda de Barros e Silva e Cláudia Tereza).

olha" - proclamei esta semana voltar a desfrutar comunitário São Paulo. "Muitos refugiados chegaram de última hora e nosso plano é de juntá-los a doações em dinheiro que já nos foram prometidas para montarmos novas cestas", disse Magdalena Alves, uma das coordenadoras do movimento.

Por iniciativa da Empresa Folha da Manhã S.A., que edita a Folha, foram doadas à campanha 265,4 toneladas de alimentos, das quais 165,4 toneladas em arrazo. Uma parte residual desse volume, num total de 45 toneladas, deverá ainda ser distribuída, disse a coordenadora. O mesmo ocorre com 4 dos 9 caminhões que totalizam 100 toneladas de produtos da Arisco, doadas no âmbito da iniciativa da Empresa Folha da Manhã S.A.

O diretor foi promovido por pessoas que na tarde do dia 24 telefonaram para o movimento e prometeram quantias que variavam de CR\$ 150 mil a CR\$ 300 mil. A mobilização, disse Magdalena Alves, foi "muito maior que muitos de nós esperávamos".

Ela disse que nemhum dos comitês, em São Paulo, registrou incidentes no momento da distribuição. A campanha atingiu, em São Paulo, cerca de um décimo dos domicílios que vivem na miséria. Mas foram feitas grandes doações por outras cidades como a espírito (Federación das Indústrias do Estado de São Paulo) e Federação do Comércio do Estado de São Paulo.

Na favela Iaqueeline, zona sul de São Paulo, o Natal sem fome já trazido para Juvino Soares do Nascimento, Lila da Silva, 36, não consegue dormir

Na favela Iaqueeline, zona sul de São Paulo, o Natal sem fome já trazido para Juvino Soares do Nascimento, Lila da Silva, 36, não consegue dormir

O Brasil perdeu pelo menos US\$ 60 bi com corrupção e mais US\$ 80 bi por ano com sonegação fiscal

Saque no país chega a US\$ 140 bi

MAFIA DO ORÇAMENTO

Na maioria dos casos trata-se mesmo de um saque monumental e se diz que o dinheiro público foi roubado. Em outros casos, diz que o dinheiro público foi desperdiçado e, então, é como se fosse um grande saque. Numa e em outras situações, pouca gente acumula enormes fortunas praticamente todo o país perde. Em poucos anos, a corrupção, a fraude, a desordem e a negligéncia impuseram ao Brasil a perda de pelo menos US\$ 60 bilhões, mais da metade da dívida externa brasileira, hoje avaliada em US\$ 110 bilhões.

Essa conta de que se subtrai do país é evidentemente modesta, embora represente, a preços de hoje, em cruzados reais, valor que quase não cabe numa linha: (R\$ 18.120.000.000,00). Ela não soma, por exemplo, o que o Brasil perde a cada ano com o contrabando. E soma quase nada da sonegação fiscal, outra forma de saque que lesa o país, segundo estimativa do Governo, em US\$ 80 bilhões por ano. Também não inclui a evasão de divisas e recursos municipais e estaduais roulhados e desviados.

Os US\$ 60 bilhões a que se pode chegar pela leitura de relatórios de inquérito, de auditorias parlamentares do Tribunal de Contas da União e de investigações do próprio Governo federal contam apenas 22 casos de corrupção e de desperdício descobertos principalmente a partir do inicio do Governo Fernando Collor, em 1990.

Grilpeou-se os cofres do país arruinando a Previdência Social (INSS), o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), a Legião Brasileira de Assistência e roubando recursos destinados à merenda escolar, à saúde pública, à alimentação de adultos e de crianças, à educação, à construção e à melhoria de estradas e ao combate à seca, entre outros.

Ministro do TCU culpa o Governo

BRASÍLIA - A culpa é do Governo. Segundo o ministro Ademar Ghisi, do Tribunal de Contas da União (TCU), aousadia dos "anões" da máfia do Orçamento, de Paulo César Farias e de outros ladrões que desviaram recursos públicos nos últimos anos foi facilitada por duas medidas governamentais: a extinção do Sistema Central de Controle Interno (Sesci) do Ministério da Fazenda, que fiscalizava a aplicação de verbas por todos os órgãos do Executivo, e o des-

O rombo nos cofres públicos



MAFIA DO ORÇAMENTO

Avaliação preliminar da subcomissão de bancos da CPI do Orçamento indica que os esquemas na medida movimentaram mais de US\$ 100 milhões em suas contas bancárias desde 1989. Até o final do mês passado, a subcomissão já tinha analisado

190 contas em 27 bancos. Somente o deputado João Alves (sem partido-BA), o "mestre" das artes, movimentou, em suas 13 contas bancárias, mais de US\$ 50 milhões, durante os cinco anos em que manipulou emendas.



EMPREITEIRAS

Superfaturaram os preços das obras públicas em até 100%. Estatísticas de 1990 indicaram que 75% das obras são encoroadas pelo Governo. Naquele ano, a receita operacional das obras foi de US\$ 24,8 bilhões.



FGTS

Foram desperdiçados US\$ 5 bilhões, nos 17 anos de existência do FGTS, com obras superfaturadas. O TCU constatou que no Governo Collor houve um rombo de US\$ 500 milhões. A receita operacional caiu para uma quinta superior a US\$ 1 bilhão.



SUBVENÇÕES SOCIAIS

O Ministério da Ação Social liberou US\$ 152,7 milhões em subvenções sociais para entidades beneficiárias de todo o país entre 1989 e 1992. Não houve fiscalização da aplicação desses recursos, liberados a fundo perdido, e a CPI do

Orçamento suspeita que US\$ 50 milhões tenham sido desviados. US\$ 61 milhões foram para 57 entidades do Rio, apurou o TCU. E US\$ 28 milhões para entidades sem registro jurídico. O principal beneficiário foi o deputado Fábio Rautahelt (PTB-RJ).



SONEGAÇÃO

A Receita Federal estima que, para cada cruzeiro que arrecada, um cruzeiro é sonegado. Assim o Governo deixou de arrecadar anualmente algo próximo a US\$ 60 bilhões, apenas US\$ 30 bilhões menos do que o total da dívida externa.



OBRAS FARAOONICAS

O Governo desperdiça anualmente cerca de US\$ 650 milhões só com juros de seis projetos de geração de energia que não sabe se serão concluídos. Só as obras da Hidrelétrica de Xingó foram superfaturadas em US\$ 1,5 bilhão no Governo Collor.



GRAOS

Em fevereiro de 93, o Governo deslocou cerca de 14 milhõess de toneladas de grãos secos da estação estrela em 87 milhões de toneladas - seriam perdidos. A conta chegava a US\$ 6 bilhões se contabilizada a preços superfaturados causou um prejuízo de US\$ 42,5 milhões.



COMIDA

Em 1992, uma CPI desvaneceu



MERENDA

A Fundação de Assistência em Detenção e Vida Infância

Ranking dos rombos: empreiteiras vencem

Successivos governos permitiram às empreiteiras a prática de campeões do rombo. A CPI da máfia do Orçamento colheu depoimentos que indicam o superfaturamento das obras em até 100%. A cifra ultrapassa os US\$ 20 bilhões.

O desvio ou o puro e simples desperdício de grana soma mais US\$ 6 bilhões. E conquistou o vice-campeonato das malfeitas do rombo. O menor progresso é o feito da Força-tarefa do Governo, que desvaneceu, no ano passado, por outra CPI, que achou uma das fórmulas da fome. De cada US\$ 10 que saem de Brasília, apenas US\$ 3 viram almoços.

No ranking do rombo, o segundo do FGTS ocupa a terceira colocação: US\$ 5 bilhões saíram pelo ralo do Governo através do superfaturamento de obras. Os trabalhadores perderam pelo menos US\$ 1 bilhão (a preços de setembro).

A saída é outra área respeitada. Estimativas dos excedentes mais recentes indicam que US\$ 1,5 bilhão são desviados. Um rombo equivalente ao refinanciamento da dívida dos estados nordestinos pelo Governo Collor - US\$ 1,5 bilhão em até 15 anos. As quadrilhas do INSS, desmanteladas pelo GLOBO, promoveram um dos maiores assaltos: um prejuízo de mais de US\$ 100 milhões. Até um juiz foi preso. Mas vários dos envolvidos, principalmente advogados, conseguiram forragem.

Mesmo só aparecendo em seu lugar no ranking, PG também tornou-se o símbolo do rombo. O ex-tesoureiro da campanha de Fernando Collor ameaçou um pagamento estimado em US\$ 100 milhão aos dois anos de governo.

CPI vai propor lei contra a impunidade

BRASÍLIA - A CPI da máfia do Orçamento vai propor mudanças na legislação para combatê-la impunidade e evitar os desvios de verbas públicas. O deputado Aloizio Mercadante (PT-SP) pretende incluir no relatório final do deputado Roberto Magalhães (PFL-PE) uma proposta de projeto de lei que proíbe a concessão de qualquer benefício na pena ao réu que desviou recursos públicos, enquanto ele não devolver todo o dinheiro ao Estado. Hoje, a lei permite, por exemplo, que o réu

COMPARECEM MAIS OS SENHORES SENADORES:

Albano Franco _ Alexandre Costa _ Carlos Patrocínio _ César Dias _ Francisco Rollemburg _ Henrique Almeida _ Hydekel Freitas _ Jonas Pinheiros _ Mansueto de Lavor _ Pedro Teixeira.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — A Presidência dispensa, na sessão de hoje, nos termos do art. 174 do Regimento Interno, o período corresponde à Ordem do Dia. (Pausa).

— A Presidência recebeu do Tribunal de Contas da União o Aviso nº 578/93, de 22 do corrente, encaminhando cópia da Decisão nº 576/93, bem como relatório e voto que a fundamentam, referente às inspeções extraordinárias realizadas no Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social — INAMPS, abrangendo o Sistema Único de Saúde — SUS.

O expediente será encaminhado à Comissão de Assuntos Sociais para conhecimento e providências que julgar cabíveis.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — A Presidência recebeu do Tribunal de Contas da União o Aviso nº 583/93, de 22 do corrente, encaminhando cópia da Decisão nº 581/93, bem como relatório e voto que a fundamentam, referente à auditoria operacional realizada na Companhia Nacional de Abastecimento — CONAB.

O expediente será encaminhado à Comissão de Assuntos Econômicos, bem como à Comissão Parlamentar de Inquérito, criada através do Requerimento nº 777, de 1993, para conhecimento e providências que julgarem cabíveis.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT — SP) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, em que pese a extraordinária mobilização de opinião pública, resultante, sobretudo, da ação da cidadania pela Campanha contra a Fome e a Miséria, coordenada com tanto mérito pelo sociólogo Herbert de Souza, o "Betinho", ainda foram muitas as famílias brasileiras que passaram este Natal com fome. O objetivo meritório que conseguiu o entusiasmo de tantos cidadãos, no sentido de contribuir para que, pelo menos, houvesse um dia do ano — o dia de Natal — em que cada família brasileira, cada criança, cada adulto, cada idoso pudesse se alimentar com dignidade. Infelizmente, apesar dos esforços de tantos, esse objetivo ainda não foi atingido.

A Folha de S. Paulo, como já assinalou o Senador João Calmon, menciona, em sua manchete, que 47% das famílias comeram menos neste ano, de acordo com pesquisa realizada pelo DATAFOLHA junto a 900 moradores de 15 favelas de 5 capitais brasileiras: São Paulo, Salvador, Brasília, Belém e Porto Alegre.

Sr. Presidente, em entrevista, nesta madrugada, ao Programa Crítica e Auto Crítica, dirigido pelo jornalista Dirceu Brizola, da TV Bandeirantes, Betinho afirmou que já atingiu uma vitória. Há sete meses, quando foi lançada a "Campanha contra a Fome", apoiada pelo Presidente Itamar Franco, que criou o Conselho de Segurança Alimentar, ele não imaginava — segundo as suas próprias palavras — que conseguisse um despertar de consciência tão mobilizador; não imaginava que conseguisse alcançar o sucesso que está gerando esse movi-

mento tão importante, consistente, com a participação de todos os brasileiros em favor da ética na vida política. É um movimento marcado pela solidariedade, e que coloca um peso muito maior nos valores da cidadania e da solidariedade do que nos valores do egoísmo, do individualismo.

Entrevistado pela revista IstoÉ, o Sr. Quiroga, que trata e escreve sobre astrologia no jornal O Estado de S. Paulo, afirmou algo interessante: que o Brasil será capaz de eliminar em grande parte a corrupção, porque a corrupção é o ato mais próximo do individualismo levado ao extremo, e há como que uma tendência à mesma na humanidade, e, sobretudo, no Brasil, onde as transformações podem se dar em grande velocidade.

A Comissão Parlamentar de Inquérito, que examina os problemas do Orçamento da União, está favorecendo que realizemos um diagnóstico de extraordinária importância, que deveria ser aproveitado pelo Governo Itamar Franco, pelo Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, pelo Ministro do Planejamento, Alexis Stepanenko e, sobretudo, para que o Executivo e o Congresso Nacional redefinam em profundidade o conteúdo dos gastos públicos, posto que ali constatamos extraordinária malversação, e que grande parte dos recursos destinados para o que seria nominalmente uma subvenção social, hipoteticamente para melhorar as condições — ora educacionais, ora de vida das populações mais carentes — na verdade, acabaram sendo desviados em sua finalidade, e, por vezes, infelizmente e gravemente, para atender a interesses de familiares, quando não pessoais, de algumas pessoas responsáveis pela destinação daqueles recursos. Enquanto isso, num País de extraordinários recursos como o Brasil, ocorre essa calamidade de mais de 32 milhões de brasileiros lutando contra a sua miséria, vivendo em condições de extrema carência.

Nessa noite, prestei bastante atenção à entrevista de Betinho, quando ele mencionou — referindo-se ao plano do Ministro Fernando Henrique Cardoso —, demonstrando a sua preocupação, que, na verdade, o que deveria curar a inflação deveria ser — e é —, sobretudo, a luta contra a miséria.

Deveríamos, sim, estar mobilizando o País, a nacionalidade, para gerarmos empregos suficientes, gerarmos condições para que se possa garantir sobrevivência condigna aos brasileiros que hoje não têm alimentos à sua mesa, não têm rendimentos mínimos para viver com dignidade.

O Sr. João Calmon — V. Ex^e me permite um rápido aparte?

O SR. EDUARDO SUPLICY — Com muita honra, Senador João Calmon.

O Sr. João Calmon — V. Ex^e já dirigiu a esse grande brasileiro, que é Betinho, os louvores que ele amplamente merece, portanto, gostaria de formular uma indagação sobre o andamento de um dos projetos mais arrojados, eu diria mais criativos, mais patrióticos, já em tramitação nesta Casa: é o Projeto de Renda Mínima, de autoria de V. Ex^e No começo, algumas pessoas reagiram de maneira pouco entusiástica, inclusive pensando que se tratava de um sonho, de uma aspiração irrealizável, mas, ao que me parece, graças à sua perseverança, à sua combatividade, essa semente está germinando. Estimaria muito saber quais são as últimas informações de V. Ex^e sobre esse projeto, que confirma a sua criatividade e o seu invejável patriotismo.

O SR. EDUARDO SUPLICY — Agradeço pela sua indagação, Senador João Calmon. Apraz-me, aqui, dar informação sobre essa matéria, que avalio como uma das formas que poderiam ajudar a resolver, com maior eficácia, essa questão.

Aliás, V. Ex^a estava, há pouco, folheando o Programa de Estabilização, onde consta a preocupação do Ministro Fernando Henrique Cardoso e de sua equipe com a questão da estabilização da moeda brasileira, da retomada do crescimento e da realização da justiça social. Entretanto, se olharmos com atenção o Programa de Estabilização, vamos ver que, ainda que ali haja referência ao Fundo Social de Emergência — que será destinado a atender aos reclamos de seguridade social e outras necessidades —, na verdade, não explicita um instrumento que vá cuidar efetivamente de melhorar a distribuição de renda e de atacar a miséria.

Senador João Calmon, tenho insistido, tenho procurado dialogar com o Ministro Fernando Henrique, com o Secretário de Política Econômica, Winston Fritsch, e com o Assessor Especial, Edmar Bacha. Ainda, hoje de manhã, fiz uma visita, em São Paulo, ao Presidente do BNDES, Péricio Arida — que sei ser um dos principais formuladores da política econômica, na sua concepção, na equipe do Ministro Fernando Henrique Cardoso —, exatamente para colocar-lhe os detalhes do projeto que introduz o Programa de Garantia de Renda Mínima no Brasil.

Fiz uma exposição do projeto, por cerca de 40 minutos, ao economista Péricio Arida, um dos mais conceituados do País. Expus a ele, também, a carta que enviei a Herbert de Souza, o Betinho, em outubro último, quando expliquei que o projeto foi aqui apresentado e aprovado, em abril de 1991, e que está tramitando na Câmara dos Deputados, onde recebeu o parecer favorável do Deputado Germano Rigotto, seu Colega de Partido.

Aliás, foi em companhia do Deputado Germano Rigotto que fui ao Presidente Itamar Franco, em fevereiro último. Lá estava a Ministra Yeda Crusius, a quem o Presidente Itamar Franco recomendou que acompanhasse a tramitação do projeto. O Deputado Germano Rigotto, ao apresentar ao Presidente o seu parecer, favorável ao projeto, tal como aprovado no Senado, disse: "Senhor Presidente, eu gostaria de receber o sinal verde de V. Ex^a. Mais do que isso, as sugestões para aperfeiçoar o projeto. Assim, se houver sugestões, seria importante que o Executivo as fizesse".

O IPEA, desde então, fez dois seminários; a Ministra Yeda Crusius iria fazer um seminário interministerial, mas acabou saindo; o Ministro Paulo Haddad, que também iria estudar o projeto comigo e a Ministra Yeda Crusius, saiu; o Ministro Eliseu Resende, que começou a estudar o projeto, também saiu; veio o Ministro Fernando Henrique Cardoso, que conhece bem o projeto, e aqui o qualificou como "uma utopia com os pés no chão", uma utopia realista e, por isso, encaminhou e votou, como Líder do PSDB, favoravelmente ao projeto. Portanto, em princípio, está favorável.

Fomos, o Deputado Germano Rigotto e eu, há quase um mês, ao Ministro Alexis Stepanenko, que demonstrou sua simpatia pelo projeto e disse que, em janeiro próximo, fará um encontro de trabalho sobre o mesmo.

Estive com o Secretário da Receita Federal, Osiris Lopes Filho, há cerca de um mês. Aliás, acredito que V. Ex^a estava presente na Comissão Parlamentar de Inquérito sobre Evasão Fiscal quando ele, espontaneamente, falou favoravelmente

a respeito do conceito do imposto de renda negativo, e foi então que resolvi visitá-lo. Ele expressou o seu interesse pelo projeto, dizendo que, proximamente, realizaria um seminário com pessoas experientes da Receita Federal, para que, juntos, fizéssemos um debate sobre a sua operacionalidade. Ele, inclusive, disse que me convidaria para participar, o que ainda não ocorreu. Certamente, as pessoas com experiência na Receita Federal, de carreira, na ativa, podem pensar em quais os eventuais problemas e barreiras — e como superá-las —, quando da operacionalização do Programa de Garantia de Renda Mínima.

Senador João Calmon, diante disso que estamos examinando, e do que ainda ontem saiu no jornal *O Globo* — a apresentação de um rol impressionante de projetos mal executados —; diante de diagnósticos como os do Banco Mundial, que algumas vezes ressaltou que, de cada cem dólares que se define para uma área social, às vezes nem mesmo trinta chegam à sua destinação final; diante desse diagnóstico que está sendo feito pela CPI, avalio que é o momento maduro de se agir.

O Betinho encaminhou uma carta ao Deputado Germano Rigotto, que li da tribuna na semana passada, dizendo da importância do assunto, e, em nome da coordenação da Ação Contra a Fome, a Miséria e pela Cidadania, instando o Deputado a levar adiante o projeto, sugerindo que ele seja logo votado.

Eu, hoje, Senador João Calmon, até agradecendo a mensagem de Boas Festas do Presidente Itamar Franco, estou redigindo uma mensagem a Sua Excelência, ressaltando que é momento de refletirmos. De fevereiro para cá, desde que tive a audiência com Sua Excelência, no meu entender, houve um amadurecimento para se aprovar o projeto de forma definitiva.

Para que o Governo Itamar Franco dê substância à frase "Realização de justiça social" é preciso que se crie um instrumento que vá proporcionar isso, além do extraordinário despertar de consciência decorrente da ação de Betinho, capa especial da revista *Veja* desta semana, sob o título: "O Grão da Cidadania".

Betinho, ainda ontem, ressaltava que nada menos do que três mil comitês da cidadania foram criados pelo Brasil afora. Pessoas estão se mobilizando e é muito interessante esse movimento, porque ele é espontâneo. Cada um pode criar a sua ação pela cidadania em qualquer momento, a qualquer hora. Qualquer gesto no sentido de prover com alimentos quem hoje está sem alimentação é parte da Ação da Cidadania contra a Fome e a Miséria.

O Sr. João Calmon — Permite-me um aparte, nobre Senador?

O SR. EDUARDO SUPLICY — Pois não, Senador João Calmon.

O Sr. João Calmon — Diante da sua exposição tão objetiva, ocorre-me a idéia de promovermos uma reunião conjunta da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a Evasão Fiscal e da Comissão de Assuntos Sociais, a fim de realizarmos um debate mais amplo sobre essa matéria. Para tanto, além de V. Ex^a, poderemos convocar essas duas figuras já citadas aqui: de um lado, o Dr. Osiris Lopes Filho, que é o responsável principal, sob a direção do Ministro Fernando Henrique Cardoso, por essa batalha para diminuir de maneira significativa a astronômica sonegação de impostos em nosso País; do outro lado, o autor dessa iniciativa tão meritória, o brasileiro que

tanto está emocionando todos nós, o Betinho. Entendo que a Comissão de Assuntos Sociais teria também uma contribuição importante a dar a esse debate, que esperamos possa ter também uma razoável cobertura da mídia impressa e eletrônica — eu não diria tão vasta, tão frequente como a cobertura dos trabalhos da CPI do Orçamento, mas que pelo menos se aproximasse dessa mobilização que, em parte, é responsável pelos resultados excelentes que têm sido obtidos. Creio que, sob a Presidência do Senador Ronan Tito, que comanda os trabalhos da CPI sobre a Evasão Fiscal, e com a colaboração da Comissão de Assuntos Sociais, poderemos dar um passo muito importante para prestigiar e estimular ainda mais essa figura admirável de brasileiro, de patriota e de benfeitor do povo brasileiro, que é Betinho.

O SR. EDUARDO SUPLICY — Agradeço a sugestão de V. Ex^e, Senador João Calmon, e acrescentaria uma outra, mesmo porque o projeto já foi aprovado no Senado e tramita na Câmara dos Deputados: que esse debate fosse feito em conjunto com a Comissão de Finanças e Tributação, que está justamente com a responsabilidade de examinar o parecer sobre o projeto. Assim, teríamos aí não apenas as luzes de Betinho e de Osiris Lopes, mas também a experiência do Senado, que já discutiu o projeto, transmitindo a experiência do debate. Aqueles que colocaram objeções, viram que elas poderiam ser superadas para o enriquecimento e conhecimento dos Deputados, que têm a responsabilidade de examinar o projeto e aperfeiçoá-lo.

Nesses últimos dois anos, desde que foi aprovado o projeto, tenho procurado estudar bastante o assunto e também as experiências de outros países. Diversos países europeus, por exemplo, hoje têm formas diversas de garantias de renda mínima, sobretudo para os recém-nascidos até a adolescência, de zero a dezesseis ou dezessete anos, como ocorre na Inglaterra, na Holanda, na Suécia. Nesses países, os pais recebem um rendimento mensal garantido pelo Estado para ajudar na alimentação, na educação de seus filhos, como um direito à cidadania. Na França, toda pessoa de vinte e cinco anos ou mais, cuja renda não atinja cerca de dois mil e duzentos francos, ou quatrocentos dólares mensais, tem o direito a uma renda mínima de inserção, ou seja, um complemento de renda até essa quantia, por três meses, prorrogáveis por doze meses.

Nos Estados Unidos, foi criado um instrumento que se denomina *Earned Income Tax Credit* — Crédito Fiscal por Remuneração Recebida, que é um complemento de renda equivalente a 40% do rendimento da pessoa, até 8 mil e 450 dólares por ano. Daí, na faixa de 8 mil e 450 dólares até 11 mil dólares, permanece o crédito ao limite de 40% daquela quantia — no caso de 8 mil e 450 dólares, então, o crédito seria de 3 mil e 380 dólares. A partir de 11 mil dólares, vai decrescendo à taxa de 21 cents por dólar, até que, quando chega a 27 mil dólares anuais, desaparece o crédito fiscal, e a pessoa passa a pagar o imposto de renda. Toda família norte-americana cuja renda não atinja um certo patamar tem direito a receber um complemento de renda, com o objetivo de tirar a pessoa da faixa de pobreza absoluta. É um mecanismo de imposto de renda negativo.

Há um Senador norte-americano — acredito que V. Ex^e o tenha conhecido, pelo menos de leitura —, que se chama Daniel Patrick, que foi membro do Gabinete do Presidente Kennedy e, depois, do Presidente Nixon. Tão preocupado era com soluções inovadoras para combater a pobreza, que

Nixon, quando foi eleito, o chamou para fazer parte do seu gabinete, embora ele fosse um democrata. Em agosto de 1969, o Presidente Nixon apresentou o novo plano criado pelo Senador Daniel Patrick, denominado *The Family Assistance Plan*. Esse plano, que foi então capa das revistas *Time*, *Newsweek* e manchetes dos jornais, foi considerado o mais ousado plano na área social, desde o *New Deal*, de Roosevelt. O projeto acabou sendo aprovado na *House of Representatives*, na proporção de dois para um. Entretanto, posteriormente, não foi aprovado no Senado. Em 1972, foi novamente apresentado, um pouco renovado, e aprovado com a mesma proporção na Casa dos Representantes do Povo, mas negado no Senado.

Em 1973, o Senador Daniel Patrick escreveu um livro, denominado *The Politics of Guaranteed Income* — A Política da Renda Garantida —, onde procura analisar as forças que, de um lado, eram a favor e, de outro, derrotaram a proposta, dizendo que se tratou de uma ação brilhante de grupos conservadores, que se utilizaram dos grupos mais liberais progressistas para derrotar a proposta, ao solicitar metas muito além das possíveis, impedindo que fosse aprovado. Ele propunha que toda família norte-americana, em 1969, tivesse uma renda anual mínima de 1.600 dólares assegurada, mediante um mecanismo de imposto de renda negativo. Então, toda família, cuja renda não atingisse 3.200 dólares, passaria a ter o direito a um complemento, que iria até 1.600 dólares, e nenhuma receberia abaixo desse teto.

Alguns ficaram com receio do corte de outros programas de subvenções que existiam, ou do *Food System Program*; outros propuseram uma renda mínima anual de 5 mil dólares, que era além do que o Orçamento dos Estados Unidos permitia, e o plano acabou sendo derrotado. Foi alguns anos depois, em 1974, que se instituiu esse outro tipo de programa, que descrevi agora e que foi amplamente aumentado pelo Governo Bill Clinton e aprovado para os próximos três anos, nos termos que aqui exemplifiquei. Então, isso é para ressaltar que nos Estados Unidos, hoje, existe o programa de Imposto de Renda negativo, que inclusive, hoje, expus a Pérsio Arida, para que o conheça melhor.

Gostaria de dizer que esse projeto não é propriamente meu ou do Partido dos Trabalhadores; ele pertence à humanidade. Inúmeros economistas, dos mais ilustres, falaram sobre essa proposição. É um projeto que leva em conta aspirações de pessoas de todos os credos. É um projeto na linha do que Betinho vem defendendo para o Brasil.

O Sr. João Calmon — É um projeto ecumênico.

O SR. EDUARDO SUPLICY — É um projeto ecumônico sobre Senador João Calmon. Agradeço a V. Ex^e por tê-lo apoiado. Claro que não seria a solução para tudo, uma panacéia.

Ressaltava Betinho, no programa *Critica e Autocrítica*, a necessidade de inúmeras medidas para garantir a cidadania, para garantir mais emprego, tais como: rever a questão dos encargos sociais, da carga fiscal, mobilizar as prefeituras, combater a sonegação, enfrentar a questão agrária e agrícola. É preciso que as pessoas, por toda parte, gerem atividades, é preciso utilizar melhor as terras públicas e todo tipo de terra.

A solução não está apenas no Executivo, no Planalto; está em toda a planície. Todos nós, os 150 milhões de brasileiros, somos responsáveis, mas, obviamente, a responsabilidade maior é do Executivo e do Congresso Nacional.

Sr. Presidente, ao concluir, desejo cumprimentar Betinho pelo Programa **Ação da Cidadania contra a Miséria e pela Vida**, que goza do merecido reconhecimento de toda a nação, e também agradecer-lhe o apoio dado no **Crítica e Autocritica** ao Projeto de Garantia de Renda Mínima, mencionado na entrevista pelo jornalista Dirceu Brizola, bem como dizer da importância de a Câmara dos Deputados completar aquele projeto aqui iniciado e aprovado pelo Senado Federal. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Concedo a palavra ao nobre Senador Carlos Patrocínio.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL — TO). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, inicialmente, espero que os Srs. Senadores, com as suas respectivas famílias, e todos os funcionários desta Casa e do Congresso Nacional tenham desfrutado de um bom descanso, durante os festejos do Natal, juntamente com seus familiares.

Sr. Presidente, recebi uma carta de alguns presidentes de associações de moradores de comunidades do meu Estado. Eu gostaria de reproduzi-la, embora seja uma carta simples e singela, como simples e singelo é o povo do sertão brasileiro e mormente o do Estado do Tocantins.

Porto Nacional, 20 de outubro de 1993.

Exmº Sr. Senador Carlos Patrocínio

DD. Senador do Estado do Tocantins

Vimos, através desta carta, pedir ao senhor um socorro, a mesma foi inspirada no sofrimento do povo do sertão tocantinense, e a esperança de dias melhores veio clarear o negro túnel que todas famílias destas comunidades que foi criadas as Associações grupos unidos do Estado do Tocantins. Esta luz que ilumina esse túnel é o Sr. Senador que através do professor Jorge Saflates, nos concedeu uma audiência, nós o vimos na imobiliária do Sr. Raimundão, vimos no senhor um homem justo e sincero, vimos nos seus gestos, que comoveu com nossos sofrimentos e de centenas de famílias que representamos, Sr. Senador, o sertanejo não pode vir para a cidade porque morre de fome. Na cidade não tem espaço para o povo do sertão a idéia de vir para a cidade não faz sentido para o sertanejo na cidade, não possuímos o frescor do ar ou o brilho das águas. Como pode o sertanejo viver na cidade? No sertão a terra que moramos é sagrada para o nosso povo. As neblinas das matas o brilhante dos vagalumes, o zumbido dos insetos. A noite tudo é sagrado na consciência dos sertanejos. A Terra maravilhosa mãe do homem do sertão, somos parte dela e ela é parte de nós. As flores perfumadas são nossas irmãs.

Pedimos ao INCRA para comprar a nossa terra-mãe, para que ela cuide de nós, nunca concederam o nosso pedido, o silêncio deles diz que não será fácil que a terra mãe nossa INCRA não quer reconhecer que essa terra é para nós sagrada.

Eu gostaria de abrir um parêntese, Sr. Presidente, para dizer que o INCRA não está cumprindo o seu papel. Esse é um órgão que já se procurou extinguir, mas ele permaneceu. Há dezenas de funcionários do INCRA de braços cruzados, não por culpa deles, porque são homens dedicados à causa da reforma agrária, mas porque não existe orçamento para esse órgão. Os funcionários recebem seus salários sem fazer

absolutamente nada. Isso ocorre não só no meu Estado, mas em vários outros, quando ainda existe o problema da reforma agrária tão falada, tão decantada neste País.

Então, é bom que o INCRA volte a ter o papel que desempenhou num passado bem recente. Parece-me que há condições para isso.

Não sei se já tomou posse o novo Ministro da Agricultura, mas sua palavra é interessante no sentido de que ele quer — deverá fazer isso — procurar mudar o atual fluxo migratório do nosso País. Há trinta anos, Sr. Presidente, Srs. Senadores, 70% da população brasileira vivia no campo. Hoje, 30% vive no campo e 70%, na cidade.

Por isso é que trago ao conhecimento de todos esta carta, que me parece muito importante. Continuo, Sr. Presidente:

“O INCRA não quer reconhecer que essa terra é para nós sagrada. Os gananciosos e certos políticos, não estamos falando de todos, mas sim dos sem-terra, não entendem o nosso modo de ser, para eles um pedaço de terra é igual a outro. A Terra não é sua irmã, mas sua inimiga, pois tomam as terras acabam com as árvores, os córregos, o nosso povo acaba indo para a cidade, chegando lá, não têm como trabalhar, acabam catando pão no lixo, pedindo esmola, terminam deitados em portas de hospitais e morrem de fraqueza” — esse é o palavrado do homem do campo.

— “Para o latifundiário não importa expulsar os filhos da terra não, não se importam com as covas dos nossos antepassados, trata o sertanejo e a mãe terra como coisas a serem saqueadas, compradas, como se fossem gado. O sertanejo na cidade, a luz elétrica faz doer os seus olhos, porque não estão acostumados, não têm o silêncio e a paz necessária aos seus ouvidos. A noite o sertanejo prefere o suave barulho dos ventos fortes, levando as águas dos córregos. O ar é precioso, pois precisamos dele para respirar. Só que o homem da cidade parece não entender isso.

Não entendemos porque o INCRA e a Justiça não nos dá o direito da terra, pois a terra é nossa mãe. Sem ela como nos manteremos vivos? Precisamos dela para viver, pois é dela que tiramos o nosso sustento e de muitas pessoas que vivem na cidades. Os homens ricos têm que ter compaixão, e nos ajudar. Deus nos deu a terra, e por algum favor especial precisamos nela trabalhar.

O pobre lavrador, nunca se esquece desta formosa beleza, por isso pedimos ao senhor que nos ajude, e atenda este pedido de socorro para combater o êxodo rural, reivindicando junto ao INCRA, para agilizar as legalizações das terras, para que possa o homem da roça resgatar a sua imagem.

Senhor Senador, dê a nós muitas luzes para clarear o lado negro deste país que os especuladores, estão levando a população ao estado de desespero, transformando a população rural em marginais, uma fábrica de ladrões para que exista um submundo do crime, para não morrer de fome. Ajude-nos a não deixar morrer o nosso Estado do Tocantins, contribuindo com muitos bôias-frias, precisamos de incentivo na agricultura e pecuária, e um grande centro de cooperativas agrícolas.

O nosso estado, é um grande celeiro de produção de alimentos mas, faltam oportunidades para o povo.”

Com efeito, Sr. Presidente, antes da criação do Estado do Tocantins, ou seja, antes do desdobramento do Estado de Goiás, a nossa região produzia mais de um milhão de toneladas de grãos. Hoje não chegamos a produzir quinhentas mil toneladas, embora a área seja considerada uma fronteira agrícola.

Os signatários desta carta são presidentes de associações que vivem em comunidade, são pessoas cujas origens estão no Nordeste, têm os seus costumes, as suas tradições, mas estão há mais de cem anos no Estado de Tocantins e até hoje não tiveram as glebas que ocupam devidamente legalizadas.

Leio, Sr. Presidente:

"A nossa Capital Palmas e Taquaralto" — que é uma cidade vizinha — "já possuem enormes favelas, crianças sem escola, sem comida e assistência médica. Os pobres só têm tristezas. A Associação grupos unidos nasceu para ser o ponto de partida para a grande arrançada para conscientizar o homem da roça a trabalhar e não viver pedindo esmola, cestas básicas que é mais um cartão de fome.

Pedimos ao nobre senador que abrace a nossa causa, requerendo junto ao ministério da agricultura e do meio ambiente, Secretaria da agricultura e Banco da Amazônia, o Fundo FNO para que o lavrador através de associações possa resgatar sua dignidade e suas famílias, trabalhando na roça, produzindo seus alimentos e criando cooperativas, e a LBA dando assistência com o desenvolvimento de pequenas fábricas de farinhas, de doces, estes maquinários doados será de grande utilidade, para desenvolver o trabalho de adolescentes e adultos.

Estas necessidades expostas nesta carta, exposição de motivo, é um grito de socorro que todos nós homens da roça fazemos ao nobre senador que com seu gesto simples e humilde, nos despertou uma grande esperança que os nossos futuros ainda pode existir e que todos os nossos filhos tenham a dignidade de serem seres humanos, por direito, no nosso grande Brasil, rico de beleza e pobre de investimentos, venha a nos alegrar um dia."

Assinam o Sr. José Gualberto da Silva, Presidente da Associação de Moradores e Lavradores da Comunidade de Jacutinga, às margens do Rio Silvestre, Município de Porto Nacional, e os Srs. João Dias Furtado, Jesuíno Ferreira de Araújo e Pedro Amorim do Nascimento.

Sr. Presidente, é importante que o homem simples da roça alerte aqueles a quem cabe lutar para que eles possam ter o que lhes é de direito: a terra em que moram, a terra em que trabalham. São pequenas comunidades, mas eles não têm como sair dali.

Enquanto isso, estamos vendo o inchaço das grandes cidades. Palmas foi criada para ser a Capital do Tocantins. Começou com cinco mil habitantes, já tem dez mil, e deveremos ter, no próximo ano, cerca de vinte mil habitantes. Já estamos favelizando uma cidade que foi projetada, que tem um plano diretor magnífico.

O INCRA não está cumprindo o seu papel, Sr. Presidente. São dezenas de milhares de funcionários que recebem os seus salários. Mas eles não têm culpa. Quando lhes foi dado condição, eles trabalharam, titularam terras, resolveram, e muito, o problema fundiário, principalmente do nosso Esta-

do, o Tocantins, que tinha grandes problemas fundiários, como é o caso do Bico do Papagaio. O INCRA, quando trabalhou, resolveu esses problemas. Não se ouve mais falar em mortes, em posseiros ou fazendeiros assassinados, aquelas brigas que sempre existiram.

A reforma agrária que preconizamos, Sr. Presidente, é necessária.

Nós conseguimos alocar alguns recursos no Orçamento da União para o meio rural brasileiro. São recursos, por exemplo, para eletrificação rural, porque temos que fixar o homem no campo. E como vamos fazer isso? Com eletrificação rural, com uma escola em cada comunidade. Essas casas populares do Sistema Financeiro da Habitação devem ser construídas na roça, pois no meu Estado as casas das pessoas mais humildes são quase todas de palha de babaçu, um vegetal sagrado para o nosso povo.

Faço este apelo ao Exmº Sr. Ministro da Agricultura, em nome das comunidades de trabalhadores rurais do meu Estado, para que dê condições ao INCRA de desempenhar o seu papel na alavancagem do processo de reforma agrária, para que o povo mais simples do meu Estado não venha inchar as periferias das grandes cidades, transformando-se em ladrões, marginais ou mendigos.

O Sr. João Calmon — Nobre Senador Carlos Patrocínio, concede-me V. Exº um aparte?

O SR. CARLOS PATROCÍNIO — Com muita honra.

O Sr. João Calmon — Como sou um Parlamentar nascido num humilde distrito do Município de Colatina, no Espírito Santo, fiquei emocionado ao ouvir esse apelo magnificamente redigido por essas lideranças do Estado do Tocantins. Acredito que, com o apoio que V. Exº acaba de dar, transmitindo esse apelo, que certamente será resumido pelo noticiário de hoje da Voz do Brasil, as autoridades citadas tomarão conhecimento do drama que vive a comunidade rural do seu Estado, para que esse problema não se vá agravando com o decorrer do tempo e provoque uma crise social que já está causando pesadelos na periferia de megalópoles como o Rio de Janeiro de São Paulo. Desejo felicitar V. Exº pela objetividade do seu pronunciamento. Estou certo que o seu apelo não cairá no vazio e que merecerá toda a atenção das autoridades competentes dessa área.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO — Agradeço o aparte de V. Exº e o incorporo ao meu pronunciamento, nobre Senador João Calmon.

V. Exº, que tem-se notabilizado pela luta, principalmente em prol da educação, fundamental em nosso País, sabe o quanto é difícil de se conseguir liberar recursos alocados no Orçamento.

Sr. Presidente, tenho destinado recursos para assentamentos, para eletrificação rural, com muitas dificuldades, todavia. Este ano, por exemplo, consegui recursos para uma linha de transmissão de aproximadamente 25 km; contudo, quando liberados, o Governador do Estado mudou o QDD — Quadro de Detalhamento de Despesas, e, em vez de deixar o dinheiro no município, passou para o Governo do Estado, que construiu 6 km de via elétrica, no meio do mato, que não servem a ninguém.

O Sr. João Calmon — E o valor da verba corroída pela inflação.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO — Exatamente. Como poderemos continuar essa via de transmissão, que serviria a mais de cinqüenta ou cem moradores de uma vila pequena?

Sr. Presidente, quero, por último, deixar aqui a minha confiança no凭vir, no ano de 1994, e enaltecer mais uma vez o trabalho deste Congresso Nacional.

Sinto-me honrado em fazer parte deste novo Congresso Nacional, que se está submetendo a uma cirurgia visceral nas suas entranhas, mostrando ao povo brasileiro o que queremos efetivamente, que é conferir transparéncia ao nosso trabalho, para que ele seja conhecido por todos os brasileiros.

Renovo, ainda, a esperança nos novos ministros — internos ou não — , e na implantação efetiva de uma reforma agrária em nosso País, consentânea com a necessidade do nosso povo.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Concedo a palavra ao nobre Senador Odacir Soares.

O SR. ODACIR SOARES (PFL — RO) Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sr^a e Srs. Senadores, a inusitada polarização das atenções da cidadania brasileira em torno da Comissão Parlamentar de Inquérito que apura os desmandos e irregularidades ocorridas na Comissão de Orçamento tem conseguido relegar a segundo plano problemas do mais alto interesse público. É o caso da reforma constitucional — para só citar um — e, dentro dela, de temas inegavelmente polêmicos, como é o da estabilidade do funcionalismo público federal.

É possível até que os eternos opositores de todo e qualquer instituto voltado para o incentivo e dignificação da oprimida classe dos servidores públicos queiram, agora, valer-se desse desvio de atenções para liquidar de vez com um dos poucos institutos que realmente beneficiam a classe, e tornam atrativa a carreira do serviço público.

Trata-se de erro imperdoável de quem, ante o problema do servidor público, lança mão das lentes de aumento, para avaliar os custos de sua manutenção, ao mesmo tempo em que recorre aos antófios, para não enxergar os imensos retornos colhidos por intermédio da máquina administrativa, quando esta é cuidadosamente montada e tem sua eficácia permanentemente assegurada, pelos incentivos e apoios que recebe do Poder Público.

Mas, enganam-se os que minimizam o grau de vigilância e a capacidade de luta das lideranças desta briosa categoria funcional.

É o que se deve inferir do candente “Manifesto em Defesa da Valorização do Servidor Público”, subscrito por onze poderosos sindicatos da categoria.

Neste lúcido documento, são explanadas as principais postulações em torno das quais a classe ativou a sua vigilância, e pelos quais ela se dispôs a lutar impavidamente. Estas se agrupam nos três grandes tópicos que se seguem:

I — A Defesa das Garantias Constitucionais, onde são incluídos, o ingresso no serviço público mediante concurso; a estabilidade; a aposentadoria por tempo de serviço; a revisão geral da remuneração sem distinção entre servidores civis e militares; o direito de greve e de sindicalização.

II — A posição “contra a exceção que virou regra” — manifestando-se, neste item, o repúdio ao preenchimento dos cargos em comissão e das chamadas funções de confiança por apadrinhados, estranhos aos quadros funcionais do serviço público, em flagrante contradição com o art. 37, V, da Constituição, que ordena que tais cargos sejam preferencialmente exercidos por funcionários da carreira do serviço público.

III — O que deve conter a lei de diretrizes para a carreira no serviço público, estando alinhados entre os principais pleitos deste item: a profissionalização do serviço público e o plano de carreira com ascensão funcional.

Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Vêem, Vossas Excelências, que no elenco de postulações da classe dos servidores, acima enumeradas, nada há que possa ser considerado como luta pela preservação de privilégios ou como expressão de interesses corporativos exacerbados.

Pelo contrário, todas essas postulações tendem, exclusivamente, à dignificação e ao incremento dos padrões de eficiência do funcionalismo público.

Eis por que, mais uma vez, endosso a causa do funcionalismo público e subscrevo suas reivindicações.

Tenho reiteradamente sustentado ser um grave erro de visão, imputar ao funcionalismo público a responsabilidade pelos descaminhos e pelas mazelas incontáveis, que tanto comprometem a estabilidade do Estado brasileiro e tanto reduzem a eficácia de suas ações.

Creio até haver nos que assim o fazem aquela mal disfarçada má-fé própria dos que precisam de um álibi expressivo que impeça que as atenções públicas se voltem para o alvo de sua insanável mediocridade.

Entendo, pelo contrário, como todo o cidadão lúcido deste País — e para tanto me baterei de peito aberto — que a eficácia modernizante do Poder Público, passa, inapelavelmente por uma estrutura de recursos humanos, supostamente, bem selecionada, bem treinada, bem remunerada, constantemente atualizada, e integrada num plano de carreira efetivamente estimulante.

É o que penso Sr. Presidente.
Obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. ODACIR SOARES EM SEU DISCURSO:

MANIFESTO EM DEFESA DA VALORIZAÇÃO DOS SERVIDOR PÚBLICO

I — DEFESA DAS GARANTIAS CONSTITUCIONAIS DO SERVIÇO PÚBLICO

1.1) **Ingresso no serviço público mediante concurso** — O concurso público é, sem dúvida alguma, a forma mais democrática e justa de selecionar as pessoas que devem servir à sociedade. Entretanto, somente a primeira investidura em cargo ou emprego público é que deve se dar mediante concurso público externo; as outras deverão ser feitas através de rigorosos cursos de aperfeiçoamento e mediante concurso interno.

1.2) **Estabilidade** — A estabilidade é a única garantia eficaz que o servidor público tem para se defender contra as perseguições de natureza política. Negá-la significa colocar o próprio Estado a mercê de supostos democratas que, sob o argumento de proteger descamisados e pés descalços, sucatearam e desmantelaram o serviço público.

1.3) **Aposentadoria por tempo de serviço** — Em um País como o nosso, onde a expectativa de vida é uma das mais baixas do mundo, no serviço público ou na iniciativa privada, chega a ser uma maldade se falar em aposentadoria por idade. Deve ser mantido ao aposentado o direito de desfrutar a compensação pelos longos anos de serviços prestados.

1.4) Revisão Geral da Remuneração sem distinção entre servidores civis ou militares — A revisão geral da remuneração deve continuar sendo feita em uma só data e sem distinção de índices entre servidores civis e militares.

1.5) Direito de greve e de sindicalização — Somente organizados poderemos enfrentar aqueles que são contrários aos nossos interesses. O direito à greve é inalienável e compete aos servidores decidir sobre a oportunidade e os interesses que devam por meio dele defender.

II — A EXEÇÃO QUE VIROU REGRA

O Constituinte de 88 dispôs no art. 37, V, da Carta Magna, que: "os cargos em comissão e as funções de confiança serão exercidos, preferencialmente, por servidores ocupantes de cargo de carreira técnica ou profissional, nos casos e nas condições previstos em lei". No entanto, não é isso que se está verificando, atualmente, no Serviço Público, pois a regra virou exceção. O que se constata hoje em dia é que esses cargos são preenchidos por apadrinhados, totalmente estranhos aos quadros funcionais do serviço público, muitas vezes sem sequer possuir a escolaridade necessária ao cargo, em detrimento daqueles servidores que efetivamente fazem parte dos quadros, onde demonstraram e comprovaram realmente o seu valor e a sua utilidade para o serviço público.

III — E O QUE DEVE CONTER A LEI DE DIRETRIZES PARA CARREIRA NO SERVIÇO PÚBLICO?

1) Profissionalização do serviço público — Não se pode falar em valorização e melhoria do serviço público sem antes se pensar na profissionalização do servidor. Somente criando mecanismos sérios e eficientes de aperfeiçoamento funcional que teremos um serviço público competente neste País.

2) Plano de carreira com ascensão funcional — É claro que não se pode falar em plano de carreira sem mecanismos precisos de desenvolvimento funcional. É da essência do ser humano querer crescer, melhorar, progredir. Negar isso ao homem é transformá-lo em um animal, é brutalizá-lo e torná-lo mediocre. Por outro lado, quando se abrem horizontes de progressão dentro do próprio local de trabalho o que vemos é a dignidade, é o interesse, é o crescimento pessoal e profissional, é o surgimento de uma competição salutar onde sai ganhando o servidor, o serviço público e, principalmente, a sociedade que é a destinatária maior e final do serviço público. Negar a ascensão funcional é asfixiar a administração pública brasileira. É jogar a pá de cal no dinamismo necessário ao serviço público. Portanto, somente com a possibilidade de desenvolvimento na carreira poderemos ter uma máquina administrativa eficaz e dinâmica.

IV — CONCLUSÃO

A despeito da grave crise moral por que passa o País, da qual está isenta a maioria esmagadora dos Servidores Públicos Federais, é necessário a mobilização de toda a categoria em defesa de seus legítimos direitos e interesses. O desmantelamento da máquina administrativa e o descontrole dos gastos públicos são de responsabilidade do Governo. Temos que estar unidos e preparados para enfrentar os inimigos dos servidores públicos, intensificando a luta contra a Revisão Constitucional e pela punição dos corruptos. VEEMENTE CONDENAÇÃO À POLÍTICA DE ARROCHO SALARIAL AOS SERVIDORES, ANUNCIADA PELO MINISTRO DA FAZENDA E SUA EQUIPE, QUE PRETENDEM NEGAR A REPOSIÇÃO DAS PERDAS SALARIAIS APROVADAS EM LEI, CAUSADAS PELA CRESCENTE INFLAÇÃO.

SINDILEGIS: Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e do Tribunal de Contas da União

SINATEFIC: Sindicato Nacional dos Analistas e Técnicos de Finanças e Controle

SINDIRETA/DF: Sindicato dos Servidores Públicos Civis da Administração Direta, Aut. e TCDF

SINDIFICO: Sindicato dos Servidores da Carreira de Finanças e Controle do GDF

SINMAGU: Sindicato Nacional dos Membros da Advocacia Geral da União

SINDAFIS/DF: Sindicato dos Servidores Integrantes da Carreira Fiscalização e Inspeção do DF

AME: Associação de Minas e Energia

ASMEC: Associação dos Servidores do Ministério da Educação e Cultura

ASDNER/DF: Associação dos Servidores do DNER

UNACON: União Nacional dos Analistas e Técnicos de Finanças e Controle

CSPB: Confederação dos Servidores Públicos do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Não há mais oradores inscritos.

Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, designando para a sessão de quarta-feira, às 9h, a seguinte

ORDEM DO DIA

TRABALHOS DAS COMISSÕES

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 16h15min.)

MESA	LIDERANÇA DO PMDB	Vice-Líder
Presidente Humberto Lucena _ PMDB _ PB	Líder Mauro Benevides	Valmir Campelo
1º Vice-Presidente Chagas Rodrigues _ PSDB _ PI	Vice-Líderes Cid Sabóia de Carvalho Garibaldi Alves Filho José Fogaça Ronaldo Aragão Mansueto de Lavor	LIDERANÇA DO PDT Líder Magno Bacelar
2º Vice-Presidente Levy Dias _ PTB _ MS		LIDERANÇA DO PRN
1º Secretário Júlio Campos _ PFL _ MT	LIDERANÇA DO PSDB Líder Mário Covas	Líder Ney Maranhão
2º Secretário Nabor Júnior _ PMDB _ AC	Vice-Líder Jutahy Magalhães	Vice-Líder Áureo Mello
3º Secretário Júnia Marise _ PRN _ MG	LIDERANÇA DO PFL	LIDERANÇA DO PP
4º Secretário Nelson Wedekin _ PDT _ SC	Líder Marco Maciel	Líder Irapuan Costa Júnior
Suplentes de Secretário Lavoisier Maia _ PDT _ RN Lucídio Portella _ PDS _ PI Beni Veras _ PSDB _ CE Carlos Patrocínio _ PFL _ TO	Vice-Líderes Elcio Álvares Odacir Soares	LIDERANÇA DO PDS
LIDERANÇA DO GOVERNO Líder Pedro Simon	LIDERANÇA DO PSB Líder José Paulo Bisol	Líder Esperidião Amin
	LIDERANÇA DO PTB Líder Jonas Pinheiro	LIDERANÇA DO PDC Líder Epitácio Cafeteira
		LIDERANÇA DO PT Líder Eduardo Suplicy

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA _ CCJ

(23 Titulares e 23 Suplentes)

Presidente: Iram Saraiva
Vice-Presidente: Magno Bacelar

Titulares

Suplentes

PMDB

Amir Lando	RO-3111/12	César Dias	RR-3064/65
Cid S. de Carvalho	CE-3058/59	Mansueto de Lavor	PE-3183/84
José Fogaca	RS-3077/78	Garibaldi A. Filho	RN-4382/92
Iram Saraiva	GO-3134/35	Gilberto Miranda	AM-3104/05
Nelson Carneiro	RJ-3209/10	Marcio Lacerda	MT-3029/30
Antônio Mariz	PB-4345/46	Aluizio Bezerra	AC-3158/59
Pedro Simon	RS-3230/31	Divaldo Suruagy	AL-3185/86
Wilson Martins	MS-3114/15	Alfredo Campos	MG-3237/38

PFL

Josaphat Marinho	BA-3173/74	Hydekel Freitas	RJ-3082/83
Francisco Rollemberg	SE-3032/33	Marco Maciel	PE-3197/98
Carlos Patrocínio	TO-4058/68	Henrique Almeida	SP-3191/92
Odacir Soares	RO-3218/19	Lourival Baptista	SE-3027/28
Elio Alvares	ES-3131/32	João Rocha	TO-4071/72

PSDB

Eva Blay	SP-3119/20	Almir Gabriel	PA-3145/46
Jutahy Magalhães	BA-3171/72	Teotônio Vilela Filho	AL-4093/94
Mário Covas	SP-3177/78	Vago	

PTB

Luiz Alberto	PR-4059/60	Affonso Camargo	PR-3062/63
Carlos De'Carli	AM-3079/80	Louremberg N. Rocha	MT-3035/36

PDT

Magno Bacelar	MA-3073/74	Lavoisier Maia	RN-3239/40
---------------	------------	----------------	------------

PRN

Aureo Mello	AM-3091/92	Ney Maranhão	PE-3101/02
-------------	------------	--------------	------------

PDC

Epitácio Cafeteira	MA-4073/74	Gerson Camata	ES-3203/04
--------------------	------------	---------------	------------

PDS

Esperidião Amin	SC-4206/07	Jarbas Passarinho	PA-3022/24
-----------------	------------	-------------------	------------

PP

Pedro Teixeira	DF-3127/28	João França	RR-3067/68
----------------	------------	-------------	------------

Secretaria: Vera Lúcia Lacerda Nunes _ Ramais 3972 e 3987

Reuniões: Quartas-feiras, às 10 horas

Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa

Anexo das Comissões _ Ramal 4315

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS _ CAS

(29 Titulares e 29 Suplentes)

Presidente: Beni Veras

Vice-Presidente: Lourival Baptista

Titulares

Suplentes

Amir Lando	RO-3111/12	Aluizio Bezerra	AC-3158/59
Antônio Mariz	PB-4345/46	João Calmon	ES-3154/55
César Dias	RR-3064/65	Onofre Quinan	GO-3148/49
Cid Sabóia de Carvalho	CE-3058/60	Pedro Simon	RS-3230/32
Divaldo Suruagy	AL-3180/85	José Fogaca	RS-3077/78
Juvêncio Dias	MA-3050/4393	Ronan Tito	MG-3038/39
Ronaldo Aragão	RR-4052/53	Nelson Carneiro	RJ-3209/10

Suplentes

PMDB

Garibaldi A. Filho	RN-4382/92	Iram Saraiva	GO-3133/34
Márcio Lacerda	MT-3029	Vago	
Vago		Vago	

Garibaldi A. Filho
Márcio Lacerda
Vago

RN-4382/92
MT-3029

Iram Saraiva
Vago
Vago

GO-3133/34

PFL

Lourival Baptista
João Rocha
Odacir Soares
Marco Maciel
Carlos Patrocínio
Francisco Rollemberg

SE-3027/28
TO-4071/72
RO-3218/19
PE-3197/99
TO-4058/68
SE-3032/33

Dario Pereira
Alvaro Pacheco
Bello Parga
Hydekel Freitas
Elio Alvares
Guilherme Palmeira

RN-3098/99
PI-3085/87
MA-3069/70
RJ-3082/83
ES-3131/32
AL-3245/46

PSDB

Almir Gabriel
Beni Veras
Jutahy Magalhães

PA-3145/46
CE-3242/43
BA-3171/72

Dirceu Carneiro
Eva Blay
Teotônio V. Filho

SC-3179/80
SP-3117/18
AL-4093/94

PTB

Marluce Pinto
Affonso Camargo
Jonas Pinheiro

RO-4062/63
PR-3062/63
AP-3206/07

Valmir Campelo
Luiz Alberto Oliviera
Carlos De'Carli

DF-3188/89
PR-4059/60
AM-3079/81

PDT

Lavoisier Maia

RN-3240/41

Nelson Wedekin

SC-3151/53

PRN

Saldanha Derzi
Áureo Mello

MS-4215/16
AM-3091/92

Ney Maranhão
Albano Franco

PE-3101/02
SE-4055/56

PDC

Epitácio Cafeteira

MA-4073/74

Moisés Abrão

TO-3136/37

PDS

Lucídio Portella

PI-3055/57

Jarbas Passarinho

PA-3022/23

PSB / PT

Eduardo Suplicy

SP-3213/15

José Paulo Bisol

RS-3224/25

PP

Pedro Teixeira

DF-3127/28

Meira Filho

DF-3221/22

Secretário: Luiz Cláudio/Vera Lúcia
Telefones: Secretaria: 3515/16/4354/3341
Sala de reuniões: 3652
Reuniões: Quartas-feiras, às 14 horas.
Sala nº 09 _ Ala Alexandre Costa

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS _ CAE

(27 Titulares e 27 Suplentes)

Presidente: João Rocha

Vice-Presidente: Gilberto Miranda

Titulares

Suplentes

PMDB

Ronan Tito
Garibaldi A. Filho
Ruy Bacelar
Ronaldo Aragão
César Dias
Mansueto de Lavor
Aluizio Bezerra
Gilberto Miranda
Onofre Quinan

MG-3038/39/40
RN-4382/92
BA-3161/62
RR-4052/53
RO-3064/65/66
PE-3182/83/84
AC-3158/59
AM-3104/05
GO-3148/50

Mauro Benevides
José Fogaca
Flaviano Melo
Cid S. de Carvalho
Juvinício Dias
Pedro Simon
Divaldo Suruagy
João Calmon
Wilson Martins

CE-3194/95
RS-3077/78
AC-3493/94
CE-3058/59
PA-3050/4393
RS-3230/32
AL-3185/86
ES-3154/56
MS-3114/15

PFL

Carlos Patrocínio
Raimundo Lira
Henrique Almeida
Dário Pereira
João Rocha

TO-4058/68
PB-320/02
AP-3191/92/93
RN-3098/99
MA-4071/72

Odacir Soares
Bello Parga
Álvaro Pacheco
Elio Alvares
Josaphat Marinho

RO-3218/19
MA-3069/70
PI-3085/87
ES-3131/32
BA-3173/75

PSDB				PDC			
Beni Veras José Richa Mário Covas	CE-3242/43/44 PR-3163/64 SP-3177/78	Almir Gabriel Dirceu Carneiro Vago	PA-3145/47 SC-3179/80	Gerson Camata	ES-3203/04	Epitácio Cafeteira PP	MA-4073/74
	PTB			Irapuan Costa Júnior	3088/3089	Pedro Teixeira	3127/3128
Affonso Camargo Valmir Campelo Jonas Pinheiro	PR-3062/63 DF-3188/89/4061 AP-3206/07	Louremberg N. Rocha Luiz A. Oliveira Marluce Pinto	MT-3035/36 PR-4059/60 RO-4062/63	Jarbas Passarinho	PA-3022/23	PDS Lucídio Portella	PI-3055/56
Magno Bacelar	MA-3074/75	Lavoisier Maia	RN-3239/40	Secretário: Paulo Roberto Almeida Campos Ramais: 3496 e 3497 Reuniões: Quintas-feiras, às 10 horas Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa _ Anexo das Comissões _ Ramal 3546			
Albano Franco Ney Maranhão	SE-4055/56 PE-3101/02	Saldanha Derzi Aureo Mello	MS-4215/18 AM-3091/92			COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA _ CI (23 Titulares e 23 Suplentes) Presidente: Dario Pereira Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho	
	PDC					Titulares	Suplentes
Moisés Abrão	GO-3136/37/3522	Gerson Camata	ES-3203/04			PMDB	
Esperidião Amin	SC-4206/07	Jarbas Passarinho	PA-3022/24				
	PP						
Meira Filho	DF-3222/05	Irapuan C. Júnior	GO-3089/90	Flaviano Melo Mauro Benevides Aluízio Bezerra Onofre Quinan Gilberto Miranda Alfredo Campos Marcio Lacerda Vago	AC-3493/94 CE-3194/95 AC-3158/59 GO-3148/49 AM-3104/05 MG-3237/38 MT-3029/30	Amir Lando Ruy Bacelar Ronaldo Aragão Ronan Tito Juvêncio Dias Antonio Mariz Wilson Martins Vago	RO-3110/11 BA-3161/62 RR-4052/53 MG-3039/40 PA-3050/53 PB-4345/46 MS-4345/46
Eduardo Suplicy	3213/15/16	José Paulo Bisol	3224/25.				
Secretário: Dirceu Vieira M. Filho Ramais: 311-3515/3516/4354/3341 Reuniões: Terças-feiras, às 10 horas Local: Sala das Comissões; Ala Senador Alexandre Costa _ Ramal 4344							
COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL _ CRE (19 Titulares e 19 Suplentes) Presidente: Alfredo Campos Vice-Presidente: Hydekel Freitas				Dario Pereira Henrique Almeida Elcio Alvares Beilo Parga Hydekel Freitas	RN/3098/99 AP-3191/92 ES-3131/32 MA-3069/72 RJ-3082/83	Raimundo Lira João Rocha Carlos Patrocínio Guilherme Palmeira Vago	PBL
Titulares	Suplentes						PSDB
	PMDB						
Ronan Tito Alfredo Campos Nelson Carneiro Divaldo Surugay João Calmon Ruy Bacelar	MG-3039/40 MG-3237/38 RJ-3209/10 AL-3185/86 ES-3154/55 BA-3160/61	Mauro Benevides Flaviano Melo Garibaldi A. Filho Mansueto de Lavor Gilberto Miranda Cesar Dias	CE-3052/53 AC-3493/94 RN-4382/92 PB-3182/83 AM-3104/05 RR-3064/65	Dirceu Carneiro Teotônio V. Filho José Richa	SC-3179/80 AL-4093/94 PR-3163/64	Beni Veras Jutahy Magalhães Vago	CE-3242/43 BA-3171/72
	PTB						
Guilherme Palmeira Hydekel Freitas Lourival Baptista Álvaro Pacheco	AL-3245/46 RS-3064/65 SE-3027/28 PI-3085/86	Francisco Rollemburg Josaphat Marinho Raimundo Lira Marco Maciel	SE-3032/34 BA-3173/74 PB-3200/3201 PE-3197/98	Louremberg N. R. Marluce Pinto	MT-3035/36 RR-4062/63	Affonso Camargo Vago	PR-3062/63
	PDT						
Dirceu Carneiro José Richa	SC-3179/80 PR-3163/64	Jutahy Magalhães Eva Blay	BA-3171/72 SP-3119/20	Lavoisier Maia	RN-3239/40	Magno Bacelar	BA-3074/75
	PRN						
Luiz A. Oliveira Marluce Pinto	PR-4058/59 RR-4062/63	Valmir Campelo Jonas Pinheiro	DF-3188/89 AP-3206/07	Saldanha Derzi	MT-4215/18	Albano Franco	SE-4055/56
	PDC						
Darcy Ribeiro	RJ-4230/31	Magno Bacelar	MA-3074/75	Gerson Camata	ES-3203/04	Moisés Abrão	TO-3136/37
	PP						
Albano Franco	SE-4055/56	Saldanha Derzi	MS-3255/4215	Lucídio Portella	PI-3055/56	Esperidião Amin	SC-4206/07
	PPL						
	PDS						
	PDT						
	PRN						
	PDC						
	PP						
	PPL						
	PDS						
	PDT						
	PRN						
	PDC						
	PP						
	PPL						
	PDS						
	PDT						
	PRN						
	PDC						
	PP						
	PPL						
	PDS						
	PDT						
	PRN						
	PDC						
	PP						
	PPL						
	PDS						
	PDT						
	PRN						
	PDC						
	PP						
	PPL						
	PDS						
	PDT						
	PRN						
	PDC						
	PP						
	PPL						
	PDS						
	PDT						
	PRN						
	PDC						
	PP						
	PPL						
	PDS						
	PDT						
	PRN						
	PDC						
	PP						
	PPL						
	PDS						
	PDT						
	PRN						
	PDC						
	PP						
	PPL						
	PDS						
	PDT						
	PRN						
	PDC						
	PP						
	PPL						
	PDS						
	PDT						
	PRN						
	PDC						
	PP						
	PPL						
	PDS						
	PDT						
	PRN						
	PDC						
	PP						
	PPL						
	PDS						
	PDT						
	PRN						
	PDC						
	PP						
	PPL						
	PDS						
	PDT						
	PRN						
	PDC						
	PP						
	PPL						
	PDS						
	PDT						
	PRN						
	PDC						
	PP						
	PPL						
	PDS						
	PDT						
	PRN						
	PDC						
	PP						
	PPL						
	PDS						
	PDT						
	PRN						
	PDC						
	PP						
	PPL						
	PDS						
	PDT						
	PRN						
	PDC						
	PP						
	PPL						
	PDS						
	PDT						
	PRN						
	PDC						
	PP						
	PPL						
	PDS						
	PDT						
	PRN						
	PDC						
	PP						
	PPL						
	PDS						
	PDT						
	PRN						
	PDC						
	PP						
	PPL						
	PDS						
	PDT						
	PRN						
	PDC						
	PP						
	PPL						
	PDS						
	PDT						
	PRN						
	PDC						
	PP						
	PPL						
	PDS						
	PDT						
	PRN						
	PDC						
	PP						
	PPL						
	PDS						
	PDT						
	PRN				</		

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO _ CE

(27 Titulares e 27 Suplentes)
 Presidente: Valmir Campelo
 Vice-Presidente: Juvêncio Dias

Titulares

Suplentes

PMDB

João Calmon	ES-3154/55	Cid Sabóia de Carvalho	CE-3058/59
Flaviano Melo	AC-3493/94	Antônio Mariz	PB-4345/46
Mauro Benevides	CE-3052/53	Onofre Quinan	GO-3148/49
Wilson Martins	MS-3114/15	Marcio Lacerda	RJ-3029/30
Juvêncio Dias	PA-3050/4393	Ronaldo Aragão	RO-4052/53
Mansueto de Lavor	PE-3182/83	Amir Lando	RO-3110/11
José Fogaca	RS-3077/78	Ruy Bacelar	BA-3160/61
Pedro Simon	RS-3230/31	Alfredo Campos	MG-3237/38
Iram Saraiva	GO-3134/35	Nelson Carneiro	RJ-3209/10

PFL

Josaphat Marinho	BA-3173/74	Dario Pereira	RN-3098/99
Marco Maciel	PE-3197/98	Odacir Soares	RO-3218/19
Álvaro Pacheco	PI-3085/86	Francisco Rolemberg	SE-3032/33
Raimundo Lira	PB-3201/02	Carlos Patrocínio	TO-4058/68
Bello Parga	MA-3069/72	Henrique Almeida	AP-3191/92

PSDB

Almir Gabriel	PA-3145/46	Beni Veras	CE-3242/43
Eva Blay	SP-3119/20	Mário Covas	SP-3177/78
Teotônio V. Filho	AL-4093/94	José Richa	PR-3163/64

PTB

Valmir Campelo	DF-3188/89	Luiz A. Oliveira	PR-4058/59
Jonas Pinheiro	AP-3206/07	Marluce Pinto	RR-4062/63
Louremberg N. R.	MT-3035/36	Carlos De' Carli	AM-3079/80

PDT

Darcy Ribeiro	RJ-4229/30	Magno Bacelar	MA-3074/75
---------------	------------	---------------	------------

PRN

Aureo Mello	AM-3091/92	Albano Franco	SE-4055/56
Ney Maranhão	PE-3101/02	Saldanha Derzi	MS-4215/18

PDC

Moisés Abrão	TO-3136/37	Epitácio Cafeteira	MA-4073/74
--------------	------------	--------------------	------------

PDS

Jarbas Passarinho	PA-3022/23	Esperidião Amin	SC-4206/07
-------------------	------------	-----------------	------------

PP

Meira Filho	DF-3221/22	João França	RR-3067/68
-------------	------------	-------------	------------

PT/PSB

Eduardo Suplicy	SP-3213/15	José Paulo Bisol	RS-3224/25
-----------------	------------	------------------	------------

Secretaria: Mônica Aguiar Inocente

Ramais: 3496/3497

Reuniões: Quintas-feiras, às 14 horas

Local: Sala nº 15, Ala Senador Alexandre Costa - Ramal 3121

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

(Inclusas as despesas de correio via terrestre)

SEÇÃO I (Câmara dos Deputados)

Semestral CR\$ 3.620,00

SEÇÃO II (Senado Federal)

Semestral CR\$ 3.620,00

J. avulso CR\$ 30,00

Os pedidos devem ser acompanhados de cheque pagável em Brasília, Nota de Empenho ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal - Agência 1386 - PAB-CEGRAF, conta corrente nº 920001-2 e/ou pelo Banco do Brasil - Agência 0452-9 - CENTRAL, conta corrente nº 55560204/4, a favor do

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

**Praça dos Três Poderes - Brasília - DF
CEP: 70160-900**

Maiores informações pelos Telefones (061) 311-3738 e 311-3728 na Supervisão de Assinaturas e Distribuição de Publicações - Coordenação de Atendimento ao Usuário.

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

JANEIRO A MARÇO 1991
ANO 28 — NÚMERO 109

Em circulação com estas matérias:

HOMENAGEM

Luiz Viana Filho — *Edivaldo M. Boaventura*

Afonso Arinos — *Jarbas Maranhão*

COLABORAÇÃO

A reforma monetária cruzeiro — *Letacio Jansen*

O planejamento na economia brasileira — *Clovis V. do Couto e Silva*

Os valores e a Constituição de 1988 — *Eduardo Silva Costa*

A Constituição Brasileira de 1988: subsídios para os comparatistas — *Ana Lucia de Lyra Tavares*

Inovações constitucionais — *Silveira Neto*

O pluralismo jurídico na Constituição de 1988 — *Silvio Dobrowolski*

A segurança pública na Constituição — *Diogo de Figueiredo Moreira Neto*

A Constituição Federal de 1988 e o mandado de segurança contra ato judicial — *Alvaro Lazzarini*

A propósito da extradição: a impossibilidade do STF apreciar o mérito no processo de extradição. Indisponibilidade do controle jurisdicional na extradição — *Negi Calixto*

Cinco temas controvertidos do Direito Penal — *Edilson Pereira Nobre Júnior*

O Direito Internacional e os Direitos dos Povos — *Pedro Pinto Leite*

O "status" jurídico dos países sem litoral e as regras da Convenção de Montego Bay so-

bre o Direito do Mar — *Georgenor de Souza Franco Filho*

Sobre o Direito Natural na Revolução Francesa — *Marcela Varejão*

"Ermächtigung": proposta de leitura da hermenêutica na Teoria Pura do Direito — *Gladston Mamede*

Direito Romano em Gramsei — *Ronaldo Poletti*

A filiação ilegítima e a constituição de 1988 — *Clayton Reis*

Solidariedade e fiança — *Arnoldo Wald*

Proteção jurídica das embalagens — *Carlos Alberto Bittar*

Contratos estipulados por computador: declaración de voluntad. Forma y momento de su perfeccionamiento — *Daniel E. Moermann y Carlos E. Saltor*

A Ação Civil Pública no Estatuto da Criança e do Adolescente — *Hugo Nigro Mazzilli*

Recurso adesivo e ordem constitucional: são compatíveis? — *José Pitas*

A arte e o obsceno — *Everardo da Cunha Luna*

A PMCE, os servidores militares e a Carta Estadual/89 — *Adauto Rodrigues de Oliveira Leite*

O Conselho Constitucional Francês: ator da lei, mas nunca seu autor! — *Paulo Rodrigues Vieira*

Os Direitos Fundamentais na Lei Fundamental de Bonn — *Luis Afonso Heck*

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas — Senado Federal, Anexo I, 22º andar — Praça dos Três Poderes, CEP 70160 — Brasília, DF — Telefones 311-3578 e 311-3579.

Os pedidos a serem atendidos através da ECT deverão ser acrescidos de 50% (cinquenta por cento) de seu valor para a cobertura das respectivas despesas postais e acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à Agência ECT do Senado — CGA 470775.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

**Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990:
Dispõe sobre o Estatuto da Criança
e do Adolescente, e dá outras
providências (D.O. de 16-7-90)**

Legislação correlata

**Convenção sobre os direitos da criança
(DCN, Seção II, de 18-9-90)**

Índice temático

**Lançamento
Cr\$ 1.000,00**

**À venda na Subsecretaria de Edições
Técnicas - Senado Federal, Anexo I, 22º
andar - Praça dos Três Poderes, CEP 70160
- Brasília, DF - Telefones 311-3578 e
311-3579.**

**Os pedidos a serem atendidos através da ECT deverão ser acrescidos de 50% (cinquenta por cento),
de seu valor para a cobertura das respectivas despesas postais e acompanhados de cheque nominal à Sub-
secretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à Agência ECT do Senado
CGA 470775.**